Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas Não Auditadas

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Em 30 de setembro de 2026 com o relatório de revisão dos auditores independentes registrados no PCAOB

(Tradução livre do original emitido em inglês)

PETROBRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (NÃO AUDITADO) 3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA) 4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA) 5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA) 6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA) 7
1. Base de elaboração 8
2. Práticas contábeis materiais 8
3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras 8
4. Receita de vendas 10
5. Custos e despesas por natureza 11
6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas 12
7. Resultado financeiro líquido 12
8. Informações por Segmento 13
9. Contas a receber 19
10. Estoques 20
11. Pagamentos antecipados 21
12. Fornecedores 22
13. Tributos 22
14. Benefícios a empregados 26
15. Processos judiciais, depósitos judiciais e contingências 30
16. Provisões para desmantelamento de áreas 34
17. Outros ativos e passivos 35
18. Imobilizado 35
19. Intangível 39
20. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*) 39
21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás 40
22. Investimentos 41
23. Venda de ativos e outras operações 42
24. Financiamentos 44
25. Arrendamentos 47
26. Patrimônio Líquido 48
27. Gerenciamento de riscos financeiros 51
28. Partes relacionadas 57
29. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa 59
30. Eventos subsequentes 60
Relatório dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB (*) 61

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (NÃO AUDITADO)

PETROBRAS

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30.09.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.865	6.471
Aplicações financeiras	3	5.224	2.726
Contas a receber, líquidas	9	7.924	4.627
Estoques	10	10.863	8.210
Tributos sobre o lucro	13	774	658
Impostos e contribuições	13	1.471	1.368
Pagamentos antecipados	11	724	468
Outros ativos	17	1.211	895
		35.056	25.423
Ativos classificados como mantidos para venda	23	27	25
Ativo circulante		**35.083**	**25.448**
Contas a receber, líquidas	9	517	851
Depósitos judiciais	15	16.930	14.814
Tributos sobre o lucro	13	182	365
Tributos diferidos sobre o lucro	13	1.688	1.015
Impostos e contribuições	13	4.925	4.177
Pagamentos antecipados	11	4.946	4.238
Outros ativos	17	513	316
Ativo realizável a longo prazo		29.701	25.776
Investimentos	22	724	550
Imobilizado	18	187.762	168.040
Intangível	19	2.760	2.523
Ativo não circulante		**220.947**	**196.889**
Total do ativo		**256.030**	**222.337**

Passivo	Nota	30.09.2026	31.12.2025
Fornecedores	12	7.280	7.442
Financiamentos	24	1.324	2.186
Arrendamentos	25	10.037	10.037
Tributos sobre o lucro	13	2.089	1.292
Impostos, contribuições e participações governamentais	13	5.370	3.810
Dividendos propostos	26	3.076	2.095
Provisão para desmantelamento de áreas	16	2.682	2.950
Benefícios a empregados	14	3.731	3.805
Outros passivos	17	3.362	2.331
		38.951	35.948
Passivos associados a ativos mantidos para venda	23	113	103
Passivo circulante		**39.064**	**36.051**
Financiamentos	24	24.314	24.255
Arrendamentos	25	34.295	33.315
Tributos sobre o lucro	13	589	576
Tributos diferidos sobre o lucro	13	10.570	6.354
Benefícios a empregados	14	17.066	15.367
Provisão para processos judiciais e administrativos	15	4.160	3.250
Provisão para desmantelamento de áreas	16	26.624	25.563
Outros passivos	17	1.753	1.715
Passivo não circulante		**119.371**	**110.395**
Passivo circulante e não circulante		**158.435**	**146.446**
Capital subscrito e integralizado	26	107.101	107.101
Reserva de capital, transações de capital e ações em tesouraria		1.145	1.145
Reservas de lucros	26	71.133	72.600
Lucros acumulados		19.161	–
Outros resultados abrangentes	26	(101.125)	(105.281)
Atribuído aos acionistas da controladora		97.415	75.565
Atribuído aos acionistas não controladores		180	326
Patrimônio líquido		**97.595**	**75.891**
Total do passivo		**256.030**	**222.337**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA)

PETROBRAS

Períodos de três e nove meses terminados em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Receita de vendas	4	90.104	65.587	32.962	23.477
Custo dos produtos e serviços vendidos	5	(41.580)	(33.970)	(15.271)	(12.260)
Lucro bruto		48.524	31.617	17.691	11.217
Despesas					
Vendas	5	(5.058)	(3.736)	(1.797)	(1.360)
Gerais e administrativas	5	(1.548)	(1.409)	(513)	(501)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	21	(447)	(746)	(208)	(248)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(852)	(628)	(306)	(233)
Tributárias		(2.410)	(399)	(752)	(149)
Reversão, líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	20	191	47	–	287
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(4.788)	(4.145)	(2.604)	(1.037)
		(14.912)	(11.016)	(6.180)	(3.241)
Lucro antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro		33.612	20.601	11.511	7.976
Receitas financeiras		1.165	1.056	449	414
Despesas financeiras		(3.150)	(3.167)	(1.116)	(1.119)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		2.572	5.145	75	976
Resultado financeiro líquido	7	587	3.034	(592)	271
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	181	165	68	36
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		34.380	23.800	10.987	8.283
Tributos sobre o lucro	13	(9.977)	(6.995)	(3.240)	(2.230)
Lucro líquido do período		24.403	16.805	7.747	6.053
Acionistas da Petrobras		24.367	16.735	7.740	6.027
Acionistas não controladores		36	70	7	26
Lucro básico e diluído por ação ON e PN (em US$)	26	1,89	1,30	0,60	0,47

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA)

PETROBRAS

Períodos de três e nove meses terminados em 30 de setembro de 2026 e 2025(Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Lucro líquido do período		24.403	16.805	7.747	6.053
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	14	–	1	–	–
		–	1	–	–
Itens que poderão ser reclassificados para resultado:					
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações					
Reconhecidos no patrimônio líquido	27	4.350	10.105	(25)	1.801
Transferidos para o resultado		1.038	1.659	334	439
Tributos diferidos sobre o lucro		(1.832)	(3.999)	(105)	(761)
		3.556	7.765	204	1.479
Ajustes de conversão em investidas [1]					
Reconhecidos no patrimônio líquido		621	676	(34)	314
		621	676	(34)	314
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas					
Reconhecidos no patrimônio líquido	22	–	303	–	72
		–	303	–	72
Outros resultados abrangentes:		4.177	8.745	170	1.865
Resultado Abrangente Total		**28.580**	**25.550**	**7.917**	**7.918**
Resultado Abrangente atribuível aos acionistas da Petrobras		28.523	25.425	7.911	7.882
Resultado Abrangente atribuível aos acionistas não controladores		57	125	6	36

(1) Inclui efeito de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA)

PETROBRAS

Períodos de nove meses terminados em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)

		Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		24.403	16.805
Ajustes para:			
Resultado atuarial de planos de pensão e saúde	14	1.654	1.295
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	22	(181)	(165)
Depreciação, depleção e amortização	29	12.856	11.055
Perda (reversão), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	20	(191)	(47)
Ajuste a valor realizável líquido	10	46	4
Perdas, líquidas, de crédito esperadas		22	39
Baixa de poços	21	21	226
Resultado com alienações e baixa de ativos	6	595	(81)
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados		(1.164)	(3.624)
Tributos sobre o lucro	13	9.977	6.995
Revisão e atualização financeira de desmantelamento de áreas		1.040	1.015
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	6	(205)	(112)
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	6	(486)	(448)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	6	1.298	606
Equalização de gastos - AIP	18	32	708
Redução/(aumento) de ativos			
Contas a receber		(3.901)	(474)
Estoques		(2.397)	(1.160)
Depósitos judiciais		(214)	(548)
Outros ativos		(284)	50
Aumento/(redução) de passivos			
Fornecedores		(625)	(140)
Impostos, contribuições e participações governamentais		(374)	(725)
Planos de pensão e de saúde		(933)	(780)
Provisão para processos judiciais e administrativos		(525)	(687)
Outros benefícios a empregados		(299)	557
Provisão para desmantelamento de áreas		(1.166)	(705)
Outros passivos		467	(111)
Tributos sobre o lucro pagos		(6.791)	(3.663)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		**32.675**	**25.885**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis		(14.474)	(12.933)
Adições em investimentos		(69)	(4)
Recebimentos pela venda de ativos - Desinvestimentos		430	554
Compensação financeira por Acordos de Coparticipação		307	355
Resgates (investimentos) em aplicações financeiras		(2.065)	2.830
Dividendos recebidos		71	105
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos		**(15.800)**	**(9.093)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Participação de acionistas não controladores		(202)	34
Captações	24	3.094	5.315
Amortizações de principal - financiamentos	24	(4.622)	(1.896)
Amortizações de juros - financiamentos	24	(1.650)	(1.391)
Amortizações de arrendamentos	25	(7.886)	(6.783)
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras	26	(5.311)	(6.618)
Dividendos pagos a acionistas não controladores		(23)	(40)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		**(16.600)**	**(11.379)**
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		119	280
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no período		**394**	**5.693**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**6.471**	**3.271**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		**6.865**	**8.964**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA (NÃO AUDITADA)

PETROBRAS

Períodos de nove meses terminados em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhões de dólares norte-americanos, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Capital subscrito e integralizado, líquido de gastos com emissões	Transações de Capital	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2025		**107.101**	**29**	**61.446**	**(109.470)**	**–**	**59.106**	**244**	**59.350**
Cancelamento de ações em tesouraria	26.2	–	1.116	(1.116)	–	–	–	–	–
Transações de capital		–	–	–	–	–	–	32	32
Lucro líquido do período		–	–	–	–	16.735	16.735	70	16.805
Outros resultados abrangentes		–	–	–	8.690	–	8.690	55	8.745
Dividendos adicionais propostos	26.4	–	–	(1.477)	–	–	(1.477)	–	(1.477)
Dividendos prescritos	26.4	–	–	–	–	137	137	–	137
Destinações:									
Dividendos	26.4	–	–	–	–	(3.671)	(3.671)	(20)	(3.691)
Saldo em 30 de setembro de 2025		**107.101**	**1.145**	**58.853**	**(100.780)**	**13.201**	**79.520**	**381**	**79.901**
Saldo em 1 de janeiro de 2026		**107.101**	**1.145**	**72.600**	**(105.281)**	**–**	**75.565**	**326**	**75.891**
Transações de capital		–	–	–	–	–	–	(202)	(202)
Lucro líquido do período		–	–	–	–	24.367	24.367	36	24.403
Outros resultados abrangentes		–	–	–	4.156	–	4.156	21	4.177
Dividendos adicionais propostos	26.4	–	–	(1.467)	–	–	(1.467)	–	(1.467)
Dividendos prescritos	26.4	–	–	–	–	62	62	–	62
Destinações:									
Dividendos	26.4	–	–	–	–	(5.268)	(5.268)	(1)	(5.269)
Saldo em 30 de setembro de 2026		**107.101**	**1.145**	**71.133**	**(101.125)**	**19.161**	**97.415**	**180**	**97.595**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas.

1. Base de elaboração

1.1. Declaração de conformidade e autorização das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas da Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras" ou "Companhia") foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*" emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Apresentam as mudanças significativas do período, evitando a repetição de certas notas às demonstrações financeiras consolidadas anuais anteriormente reportadas. Portanto, elas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas da Companhia para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, que incluem o conjunto completo de notas.

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em uma reunião realizada em 10 de novembro de 2026.

1.2. Adoção de novas normas e revisões

A aplicação inicial das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2026, conforme divulgado na nota explicativa 6.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, não causou impacto material nestas informações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas.

2. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais intermediárias são os mesmos adotados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	30.09.2026	31.12.2025
Caixa e bancos	314	222
Aplicações financeiras equivalentes de caixa		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	818	1.178
Certificados de depósitos bancários - CDB	63	72
Outros fundos de investimentos	152	139
	1.033	1.389
- No exterior		
Time deposits	2.967	3.315
Auto Invest e contas remuneradas	2.499	1.498
Outras aplicações financeiras	52	47
	5.518	4.860
Total das aplicações financeiras equivalentes de caixa	6.551	6.249
Total	**6.865**	**6.471**

As aplicações financeiras equivalentes de caixa possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de aquisição. No país, essas aplicações ocorrem em operações compromissadas e em fundos de investimentos, que direcionam seus recursos para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos. As aplicações, no país, também contam com os certificados de depósitos bancários (CDB) pós fixados com liquidez diária. As aplicações financeiras no exterior são compostas por *time deposits* e por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária.

3.2. Aplicações financeiras

	30.09.2026	31.12.2025
Valor justo por meio do resultado	287	204
Custo amortizado	4.971	2.525
Total	**5.258**	**2.729**
Circulante	5.224	2.726
Não circulante [1]	34	3

(1) Os valores de aplicações financeiras no ativo não circulante estão classificados em "Outros ativos".

As aplicações financeiras possuem prazos de vencimento superiores a três meses. Os investimentos mensurados a valor justo por meio do resultado correspondem, preponderantemente, a investimentos em títulos públicos federais brasileiros (nível 1 da hierarquia de valor justo). As operações mensuradas ao custo amortizado contemplam, principalmente, aplicações no país em certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados com liquidez diária, com prazos iniciais entre um e dois anos, além de aplicações no exterior em time deposits e títulos públicos governamentais.

4. Receita de vendas

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Diesel	22.342	19.870	8.015	7.117
Subvenções para comercialização de combustíveis - Diesel	4.750	–	2.699	–
Gasolina	9.052	9.121	3.116	3.084
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	2.693	2.558	920	941
Subvenções para comercialização de combustíveis - Gasolina e GLP	521	–	345	–
Querosene de aviação (QAV)	4.847	3.244	1.775	1.112
Nafta	1.828	1.275	572	440
Óleo combustível (incluindo *bunker*)	562	433	186	136
Outros derivados de petróleo	3.319	2.839	1.257	938
Subtotal de derivados de petróleo	**49.914**	**39.340**	**18.885**	**13.768**
Gás natural	2.595	2.877	918	1.019
Petróleo	3.425	3.518	1.136	1.040
Renováveis e nitrogenados	413	171	179	77
Receitas de direitos não exercidos (*breakage*)	118	137	38	35
Energia elétrica	903	525	301	238
Serviços, agenciamentos e outros	735	537	245	189
Mercado interno	**58.103**	**47.105**	**21.702**	**16.366**
Exportações	31.267	17.952	11.000	6.903
Petróleo	24.472	13.670	8.376	5.408
Óleo combustível (incluindo *bunker*)	5.402	3.470	1.982	1.193
Outros derivados de petróleo e outros produtos	1.393	812	642	302
Vendas no exterior [1]	734	530	260	208
Mercado externo	**32.001**	**18.482**	**11.260**	**7.111**
Receitas de vendas	**90.104**	**65.587**	**32.962**	**23.477**

(1) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações.

No período de janeiro a setembro de 2026, a Companhia reconheceu receita bruta referente a subvenção para comercialização de diesel, gasolina e GLP no montante de US$ 5.271 (US$ 3.044 no período de três meses encerrado em 30 de setembro de 2026), conforme nota explicativa 28.1.1.

A composição da receita de vendas pelo destino de embarque está assim apresentada:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Mercado interno	**58.103**	**47.105**	**21.702**	**16.366**
China	10.887	6.380	2.178	3.294
Américas (exceto Estados Unidos)	3.738	2.530	1.376	1.074
Europa	4.127	2.854	1.999	836
Ásia (exceto China e Singapura)	5.962	2.839	1.782	525
Estados Unidos	1.732	1.775	1.026	798
Singapura	4.829	1.849	2.535	548
Outros	726	255	364	36
Mercado externo	**32.001**	**18.482**	**11.260**	**7.111**
Receitas de vendas	**90.104**	**65.587**	**32.962**	**23.477**

No período de janeiro a setembro de 2026, a receita de um cliente do segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC) representa, individualmente, 12% da receita da Companhia. No mesmo período de 2025, a receita de dois clientes do segmento RTC representava, individualmente, 14% e 10% da receita da Companhia.

5. Custos e despesas por natureza

5.1. Custo dos produtos e serviços vendidos

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Matérias-primas, produtos para revenda, materiais e serviços contratados [1]	**(19.066)**	**(16.245)**	**(8.106)**	**(5.895)**
Compras e importações	**(12.876)**	**(11.132)**	**(5.828)**	**(4.001)**
Petróleo	(7.538)	(5.925)	(2.823)	(2.043)
Derivados	(4.747)	(4.489)	(2.842)	(1.714)
Gás natural	(591)	(718)	(163)	(244)
Serviços e outros	**(6.190)**	**(5.113)**	**(2.278)**	**(1.894)**
Depreciação, depleção e amortização	**(10.460)**	**(8.814)**	**(3.560)**	**(3.297)**
Participação governamental	**(12.182)**	**(8.146)**	**(4.119)**	**(2.788)**
Gastos com pessoal	**(1.599)**	**(1.300)**	**(563)**	**(470)**
Variação dos estoques	**1.727**	**535**	**1.077**	**190**
Total	**(41.580)**	**(33.970)**	**(15.271)**	**(12.260)**

(1) Inclui arrendamentos de curto prazo (12 meses ou inferior).

5.2. Despesas de vendas

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(4.296)	(3.069)	(1.542)	(1.103)
Depreciação, depleção e amortização	(628)	(547)	(205)	(207)
Perdas de créditos esperadas	(15)	(27)	(9)	(17)
Gastos com pessoal	(119)	(93)	(41)	(33)
Total	**(5.058)**	**(3.736)**	**(1.797)**	**(1.360)**

5.3. Despesas gerais e administrativas

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Gastos com pessoal	(960)	(827)	(329)	(296)
Materiais, serviços, aluguéis e outros	(404)	(447)	(126)	(155)
Depreciação, depleção e amortização	(184)	(135)	(58)	(50)
Total	**(1.548)**	**(1.409)**	**(513)**	**(501)**

6. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(1.883)	(1.985)	(601)	(690)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais [1]	(1.298)	(606)	(818)	(280)
Programas de remuneração variável [2]	(1.196)	(999)	(475)	(404)
Planos de pensão e saúde (inativos) [3]	(1.181)	(977)	(395)	(338)
Resultado com alienações e baixa de ativos [4]	(595)	81	(710)	10
Relações institucionais e projetos culturais	(240)	(190)	(92)	(92)
Resultado com derivativos de commodities	(240)	14	(102)	3
Despesas operacionais com termelétricas	(132)	(165)	(32)	(53)
Acordo coletivo de trabalho	(33)	(215)	(1)	(1)
Equalização de gastos - AIP	(32)	(708)	(11)	(32)
Multas aplicadas a fornecedores	191	205	61	84
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	205	112	–	62
Subvenções e assistências governamentais	260	117	99	55
Resultado de atividades não fim	388	341	123	117
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	486	448	197	147
Resultados com operações em parcerias de E&P	542	212	161	147
Outros	(30)	170	(8)	228
Total	**(4.788)**	**(4.145)**	**(2.604)**	**(1.037)**

(1) Para mais informações, vide nota explicativa 15.1 - Provisão para processos judiciais, administrativos e arbitrais.

(2) Composto por Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) e Programa de Prêmio por Desempenho (PRD), conforme nota explicativa 14.1.

(3) Para mais informações, vide nota explicativa 14.2 - Benefícios pós-emprego.

(4) Para mais informações, vide nota explicativa 23 - Vendas de ativos e outras operações com ativos.

7. Resultado financeiro líquido

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Receitas financeiras	**1.165**	**1.056**	**449**	**414**
Receitas com aplicações financeiras e títulos públicos	825	764	337	316
Outros	340	292	112	98
Despesas financeiras	**(3.150)**	**(3.167)**	**(1.116)**	**(1.119)**
Despesas com financiamentos	(1.681)	(1.575)	(545)	(592)
Despesas com arrendamentos	(2.140)	(1.953)	(727)	(678)
Encargos financeiros capitalizados	1.932	1.446	582	530
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.033)	(984)	(342)	(336)
Outros	(228)	(101)	(84)	(43)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**2.572**	**5.145**	**75**	**976**
Variações cambiais [1]	2.737	6.136	16	1.068
Real x dólar	2.713	6.282	29	1.064
Outras moedas	24	(146)	(13)	4
Reclassificação do hedge accounting [1]	(1.038)	(1.659)	(334)	(439)
Atualização monetária de dividendos antecipados e dividendos a pagar	(136)	(129)	16	22
Atualização monetária de impostos a recuperar	167	199	68	40
Outros	842	598	309	285
Total	**587**	**3.034**	**(592)**	**271**

(1) Para mais informações, vide notas explicativas 27.3.1.a e 27.3.1.c.

8. Informações por Segmento

8.1. Informações por Segmento Resultado

	Jan-Set/2026					
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	57.830	86.256	7.165	301	(61.448)	90.104
Intersegmentos	57.642	1.076	2.724	6	(61.448)	–
Terceiros	188	85.180	4.441	295	–	90.104
Custo dos produtos e serviços vendidos	(26.422)	(68.926)	(3.915)	(271)	57.954	(41.580)
Lucro bruto	31.408	17.330	3.250	30	(3.494)	48.524
Receitas (despesas)	(2.478)	(5.854)	(3.155)	(3.425)	–	(14.912)
Vendas	(1)	(2.887)	(2.144)	(26)	–	(5.058)
Gerais e administrativas	(59)	(352)	(114)	(1.023)	–	(1.548)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(447)	–	–	–	–	(447)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(686)	(5)	(10)	(151)	–	(852)
Tributárias	(190)	(2.015)	(9)	(196)	–	(2.410)
Reversão (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(223)	414	–	–	–	191
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(872)	(1.009)	(878)	(2.029)	–	(4.788)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	28.930	11.476	95	(3.395)	(3.494)	33.612
Resultado financeiro líquido	–	–	–	587	–	587
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	71	45	66	(1)	–	181
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	29.001	11.521	161	(2.809)	(3.494)	34.380
Tributos sobre o lucro	(9.836)	(3.902)	(33)	2.606	1.188	(9.977)
Lucro líquido (prejuízo) do período	**19.165**	**7.619**	**128**	**(203)**	**(2.306)**	**24.403**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	19.166	7.619	112	(224)	(2.306)	24.367
Acionistas não controladores	(1)	–	16	21	–	36

Jan-Set/2025

	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	45.208	61.867	6.306	244	(48.038)	65.587
Intersegmentos	45.031	802	2.201	4	(48.038)	–
Terceiros	177	61.065	4.105	240	–	65.587
Custo dos produtos e serviços vendidos	(20.576)	(57.834)	(3.620)	(217)	48.277	(33.970)
Lucro bruto	24.632	4.033	2.686	27	239	31.617
Receitas (despesas)	(3.341)	(2.362)	(2.561)	(2.752)	–	(11.016)
Vendas	–	(1.551)	(2.150)	(35)	–	(3.736)
Gerais e administrativas	(45)	(288)	(92)	(984)	–	(1.409)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(746)	–	–	–	–	(746)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(490)	(7)	(8)	(123)	–	(628)
Tributárias	(20)	(38)	(11)	(330)	–	(399)
Reversão (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	(193)	241	(1)	–	–	47
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(1.847)	(719)	(299)	(1.280)	–	(4.145)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	21.291	1.671	125	(2.725)	239	20.601
Resultado financeiro líquido	–	–	–	3.034	–	3.034
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	74	67	29	(5)	–	165
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	21.365	1.738	154	304	239	23.800
Tributos sobre o lucro	(7.238)	(571)	(42)	936	(80)	(6.995)
Lucro líquido (prejuízo) do período	**14.127**	**1.167**	**112**	**1.240**	**159**	**16.805**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	14.129	1.167	83	1.197	159	16.735
Acionistas não controladores	(2)	–	29	43	–	70

Jul-Set/2026

	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	19.049	31.608	2.554	113	(20.362)	32.962
Intersegmentos	18.981	340	1.040	1	(20.362)	–
Terceiros	68	31.268	1.514	112	–	32.962
Custo dos produtos vendidos	(8.930)	(23.988)	(1.379)	(103)	19.129	(15.271)
Lucro bruto	10.119	7.620	1.175	10	(1.233)	17.691
Receitas (despesas)	(962)	(2.472)	(1.522)	(1.224)	–	(6.180)
Vendas	–	(1.064)	(720)	(13)	–	(1.797)
Gerais e administrativas	(20)	(119)	(41)	(333)	–	(513)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(208)	–	–	–	–	(208)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(245)	(3)	(4)	(54)	–	(306)
Tributárias	(9)	(888)	(3)	148	–	(752)
Reversão (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	–	–	–	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(480)	(398)	(754)	(972)	–	(2.604)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	9.157	5.148	(347)	(1.214)	(1.233)	11.511
Resultado financeiro líquido	–	–	–	(592)	–	(592)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	26	3	33	6	–	68
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	9.183	5.151	(314)	(1.800)	(1.233)	10.987
Tributos sobre o lucro	(3.112)	(1.752)	117	1.087	420	(3.240)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**6.071**	**3.399**	**(197)**	**(713)**	**(813)**	**7.747**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	6.071	3.399	(198)	(719)	(813)	7.740
Acionistas não controladores	–	–	1	6	–	7

	Jul-Set/2025					
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercializa-ção (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Receita de vendas	15.737	22.083	2.270	87	(16.700)	23.477
Intersegmentos	15.676	256	767	1	(16.700)	–
Terceiros	61	21.827	1.503	86	–	23.477
Custo dos produtos vendidos	(7.178)	(20.470)	(1.351)	(79)	16.818	(12.260)
Lucro bruto	8.559	1.613	919	8	118	11.217
Receitas (despesas)	(757)	(757)	(868)	(859)	–	(3.241)
Vendas	–	(596)	(744)	(20)	–	(1.360)
Gerais e administrativas	(15)	(105)	(34)	(347)	–	(501)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(248)	–	–	–	–	(248)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(181)	(3)	(4)	(45)	–	(233)
Tributárias	(9)	(11)	(3)	(126)	–	(149)
Reversão (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	–	287	–	–	–	287
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(304)	(329)	(83)	(321)	–	(1.037)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e tributos sobre o lucro	7.802	856	51	(851)	118	7.976
Resultado financeiro líquido	–	–	–	271	–	271
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	18	19	–	(1)	–	36
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	7.820	875	51	(581)	118	8.283
Imposto de renda e contribuição social	(2.653)	(292)	(17)	771	(39)	(2.230)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**5.167**	**583**	**34**	**190**	**79**	**6.053**
Atribuível aos:						
Acionistas da Petrobras	5.168	583	23	174	79	6.027
Acionistas não controladores	(1)	–	11	16	–	26

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento

	Jan-Set/2026				
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(1.725)	(112)	(37)	(9)	(1.883)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(244)	(329)	(7)	(718)	(1.298)
Programas de remuneração variável	(530)	(309)	(54)	(303)	(1.196)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(1.181)	(1.181)
Resultado com alienações e baixa de ativos	34	18	(694)	47	(595)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	205	–	–	–	205
Resultado de atividades não fim	364	5	3	16	388
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de	471	16	(5)	4	486
Resultados com operações em parcerias de E&P	542	–	–	–	542
Outros	11	(298)	(84)	115	(256)
Total	**(872)**	**(1.009)**	**(878)**	**(2.029)**	**(4.788)**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento

	Jan-Set/2025				
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(1.761)	(144)	(66)	(14)	(1.985)
Programas de remuneração variável	(460)	(226)	(51)	(262)	(999)
Planos de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(977)	(977)
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(175)	(295)	(8)	(128)	(606)
Resultado com alienações e baixa de ativos	60	(7)	10	18	81
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	112	–	–	–	112
Resultados com operações em parcerias de E&P	212	–	–	–	212
Resultado de atividades não fim	338	(8)	1	10	341
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de	416	20	4	8	448
Outros	(589)	(59)	(189)	65	(772)
Total	**(1.847)**	**(719)**	**(299)**	**(1.280)**	**(4.145)**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento

	Jul-Set/2026				
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(144)	(185)	(4)	(485)	(818)
Resultado com alienações e baixa de ativos	(17)	11	(700)	(4)	(710)
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(566)	(19)	(13)	(3)	(601)
Programas de remuneração variável	(220)	(112)	(22)	(121)	(475)
Plano de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(395)	(395)
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	–	–	–	–	–
Resultado de atividades não fim	115	1	2	5	123
Resultados com operações em parcerias de E&P	161	–	–	–	161
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de	184	11	–	2	197
Outros	7	(105)	(17)	29	(86)
Total	**(480)**	**(398)**	**(754)**	**(972)**	**(2.604)**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas por segmento

	Jul-Set/2025				
	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Paradas para manutenção de ativos e gastos pré-operacionais	(649)	(17)	(18)	(6)	(690)
Programas de remuneração variável	(189)	(88)	(20)	(107)	(404)
Plano de pensão e saúde (inativos)	–	–	–	(338)	(338)
Ganhos (perdas) com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(69)	(228)	22	(5)	(280)
Resultado com alienações e baixa de ativos	46	(7)	(6)	(23)	10
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	62	–	–	–	62
Resultado de atividades não fim	116	(3)	1	3	117
Resultados com operações em parcerias de E&P	147	–	–	–	147
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de	116	24	3	4	147
Outros	116	(10)	(65)	151	192
Total	**(304)**	**(329)**	**(83)**	**(321)**	**(1.037)**

O montante de depreciação, depleção e amortização por segmento de negócio é o seguinte:

	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Jan-Set/2026	9.954	2.246	485	171	12.856
Jan-Set/2025	8.545	1.981	410	119	11.055

	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Total
Jul-Set/2026	3.512	743	168	59	4.482
Jul-Set/2025	3.228	693	146	44	4.111

8.2. Informações por Segmento Ativo

	Exploração e Produção (E&P)	Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Gás e Energias de Baixo Carbono (G&EBC)	Corporativo e outros negócios	Eliminação	Total
Ativo Consolidado por área de negócio - 30.09.2026						
Circulante	3.369	14.808	538	23.153	(6.785)	35.083
Não circulante	171.552	25.556	5.568	18.271	–	220.947
Ativo realizável a longo prazo	10.463	3.864	171	15.203	–	29.701
Investimentos	345	96	225	58	–	724
Imobilizado	158.724	21.434	5.078	2.526	–	187.762
Em operação	119.247	17.226	4.439	1.635	–	142.547
Em construção	39.477	4.208	639	891	–	45.215
Intangível	2.020	162	94	484	–	2.760
Ativo Total	**174.921**	**40.364**	**6.106**	**41.424**	**(6.785)**	**256.030**
Ativo Consolidado por área de negócio - 31.12.2025						
Circulante	2.424	9.580	356	16.620	(3.532)	25.448
Não circulante	153.291	22.311	5.315	15.972	–	196.889
Ativo realizável a longo prazo	9.318	3.091	146	13.221	–	25.776
Investimentos	292	27	171	60	–	550
Imobilizado	141.818	19.053	4.917	2.252	–	168.040
Em operação	108.424	16.534	4.394	1.568	–	130.920
Em construção	33.394	2.519	523	684	–	37.120
Intangível	1.863	140	81	439	–	2.523
Ativo Total	**155.715**	**31.891**	**5.671**	**32.592**	**(3.532)**	**222.337**

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

	30.09.2026	31.12.2025
Terceiros		
Recebíveis de contratos com clientes	5.192	4.641
Outras contas a receber		
Recebíveis por desinvestimento e cessão onerosa	777	1.132
Arrendamentos	185	226
Outros recebíveis	622	1.192
Subtotal - Terceiros	**6.776**	**7.191**
Partes relacionadas		
Recebíveis de contratos com clientes - Investidas	365	77
Subvenções para comercialização de combustíveis	3.168	–
Subtotal - Partes relacionadas (nota explicativa 28)	**3.533**	**77**
Total do contas a receber	**10.309**	**7.268**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(1.851)	(1.780)
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Partes Relacionadas	(17)	(10)
Total do contas a receber, líquidas	**8.441**	**5.478**
Circulante	7.924	4.627
Não circulante	517	851

As contas a receber estão classificadas na categoria de custo amortizado, exceto por determinados recebíveis com formação de preço final após a transferência de controle dos produtos, que dependem da variação do valor da *commodity*, classificados na categoria valor justo por meio do resultado, cujo valor em 30 de setembro de 2026 totalizou US$ 969 (US$ 402 em 31 de dezembro de 2025).

O saldo de recebíveis por desinvestimentos e cessão onerosa está relacionado, principalmente, ao earnout dos campos de Atapu e Sépia no montante de US$ 301 (US$ 398, em 31 de dezembro de 2025), pelas vendas do campo de Roncador de US$ 67 (US$ 266, em 31 de dezembro de 2025), do Polo Potiguar, US$ 83 (US$ 157, em 31 de dezembro de 2025) e do Polo de Pampo e Enchova de US$ 85 (US$ 66 em 31 de dezembro de 2025).

A redução no saldo de "Outros recebíveis" está relacionada, principalmente, a recebimentos referentes à Jazida Compartilhada de Tupi, conforme nota explicativa 18.4.

9.2. *Aging* do Contas a receber - Terceiros

	30.09.2026		31.12.2025	
	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber	Perdas de crédito esperadas
A vencer	4.727	(26)	5.265	(88)
Vencidos:				
Até 3 meses	61	(24)	66	(32)
De 3 a 6 meses	24	(15)	46	(25)
De 6 a 12 meses	96	(88)	129	(106)
Acima de 12 meses	1.868	(1.698)	1.685	(1.529)
Total	**6.776**	**(1.851)**	**7.191**	**(1.780)**

9.3. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE

Movimentação	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial	1.790	1.641
Adições	74	121
Reversões	(57)	(83)
Baixas	(11)	(15)
Ajuste de Conversão	69	166
Outros	3	–
Saldo Final	**1.868**	**1.830**
Circulante	399	384
Não circulante	1.469	1.446

10. Estoques

	30.09.2026	31.12.2025
Petróleo	4.332	3.151
Derivados de petróleo	2.990	2.302
Intermediários	684	577
Gás Natural e Gás Natural Liquefeito (GNL)	180	112
Biocombustíveis	36	29
Fertilizantes	14	10
Total produtos	8.236	6.181
Materiais, suprimentos e outros	2.627	2.029
Total	**10.863**	**8.210**

No período de janeiro a setembro de 2026, a Companhia reconheceu uma perda de US$ 46 no custo das vendas, ajustando os estoques ao valor realizável líquido (em comparação com uma perda de US$ **4** no custo das vendas no período de janeiro a setembro de 2025), principalmente devido a variações nos preços internacionais de petróleo bruto e derivados de petróleo.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui um volume de petróleo bruto e/ou derivados dado como garantia do Termo de Compromisso Financeiro (TCF) relativos aos planos de Pensão PPSP-R, PPSP R pré 70 e PPSP NR pré 70, firmado entre a Petrobras e a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros em 2008, no valor estimado de US$ 1.029 (US$ 786 em 31 de dezembro de 2025).

11. Pagamentos antecipados

	30.09.2026	31.12.2025
Adiantamentos para imobilizado [1]	4.858	4.143
Despesas antecipadas	650	437
Outros adiantamentos	162	126
Total	**5.670**	**4.706**
Circulante	724	468
Não Circulante	4.946	4.238

(1) Contempla os contratos para aquisição dos direitos da União nas Jazidas de Mero (3,5%) e Atapu (0,95%) assinados em março de 2026. A transferência dos direitos e obrigações ocorrerá em março de 2027.

12. Fornecedores

	30.09.2026	31.12.2025
Terceiros no país	4.928	5.097
Terceiros no exterior	2.315	2.290
Partes relacionadas	37	55
Saldo total	**7.280**	**7.442**

Risco Sacado

A Companhia possui um programa para fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva de óleo e gás denominado “Mais Valor”, operacionalizado por uma empresa parceira em uma plataforma 100% digital.

As faturas performadas dos fornecedores cadastrados na plataforma ficam disponíveis para serem antecipadas em um processo de leilão reverso, cuja vencedora é a instituição financeira que fizer o lance com a menor taxa de desconto. A instituição financeira passa a ser a credora das faturas antecipadas pelo fornecedor, sendo que a Petrobras paga as faturas na mesma data e condições originalmente acordadas com o fornecedor.

As faturas são antecipadas no programa “Mais Valor” exclusivamente a critério dos fornecedores e não sofrem alteração de prazo, preços e condições comerciais contratados pela Petrobras com tais fornecedores, bem como não acrescentam encargos financeiros para a Companhia, tendo, portanto, a classificação mantida em fornecedores e a apresentação na demonstração dos fluxos de caixa em atividade operacional.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo antecipado pelos fornecedores, no escopo do programa, é de US$ 62 (US$ 133 em 31 de dezembro de 2025), com prazo de pagamento entre 4 e 92 dias e prazo médio ponderado de 52 dias (prazo de pagamento entre 7 e 93 dias e prazo médio ponderado de 55 dias em 2025), após atendidas as condições comerciais contratadas.

13. Tributos

13.1. Tributos sobre o lucro

Balanço Patrimonial

	30.09.2026		30.09.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	956	2.678	1.023	1.868
Diferidos	1.688	10.570	1.015	6.354
Total	**2.644**	**13.248**	**2.038**	**8.222**

Demonstração de Resultado

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a alíquota nominal brasileira e a alíquota efetiva da Companhia sobre os tributos sobre o lucro:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	34.380	23.800	10.987	8.283
Tributos sobre o lucro às alíquotas nominais (34%)	(11.689)	(8.091)	(3.736)	(2.816)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio	1.907	844	745	379
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	920	1.013	154	549
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (1)	(740)	(316)	(324)	(205)
Incentivos fiscais	168	115	61	20
Efeitos da taxação mínima entre países - Pillar II	(99)	(153)	(43)	(44)
Ajustes de preços de transferência para transações entre partes relacionadas no exterior	(136)	(226)	(17)	(61)
Prejuízos fiscais	(34)	1	(8)	–
Benefício pós emprego (2)	(475)	(333)	(158)	(125)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	41	55	23	12
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	74	59	26	29
Outros	86	37	37	32
Tributos sobre o lucro	**(9.977)**	**(6.995)**	**(3.240)**	**(2.230)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.325)	(3.008)	433	(667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.652)	(3.987)	(3.673)	(1.563)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	29,0%	29,4%	29,5%	26,9%

(1) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.
(2) Inclui tratamentos fiscais incertos (vide item 13.1.3).

13.1.1. Correntes

Tributos sobre o lucro - a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante		Total	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país	767	653	182	365	949	1.018
No exterior	7	5	–	–	7	5
Total	**774**	**658**	**182**	**365**	**956**	**1.023**

Tributos sobre o lucro - a recolher

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país						
Tributos sobre o lucro (1)	1.577	785	432	392	2.009	1.177
Programas de regularização de débitos federais	72	59	157	184	229	243
	1.649	**844**	**589**	**576**	**2.238**	**1.420**
No exterior (1)	440	448	–	–	440	448
Total	**2.089**	**1.292**	**589**	**576**	**2.678**	**1.868**

(1) Inclui tratamentos fiscais incertos (vide item 13.1.3).

13.1.2. Diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial	**(5.339)**	**(548)**
Reconhecido no resultado	(1.325)	(3.008)
Reconhecido no patrimônio líquido	(1.832)	(3.999)
Ajuste acumulado de conversão	(384)	(632)
Utilização de créditos fiscais	(1)	(43)
Outros	(1)	18
Saldo final	**(8.882)**	**(8.212)**
Tributos diferidos sobre o lucro - Ativos	1.688	1.030
Tributos diferidos sobre o lucro - Passivos	(10.570)	(9.242)

O quadro a seguir demonstra a composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	30.09.2026	31.12.2025
Imobilizado - Custo com prospecção e desmantelamento de	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(5.855)	(6.471)
Imobilizado - *Impairment*	Amortização, baixa de ativos e reversão *impairment*	4.432	4.454
Imobilizado - Direito de Uso	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(13.724)	(12.596)
Imobilizado - Depreciação acelerada, linear x unidade produzida e encargos capitalizados	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(21.569)	(19.066)
Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Pagamentos, recebimentos e contraprestação	(2.143)	(665)
Arrendamentos	Apropriação da contraprestação	14.976	14.322
Provisão para desmantelamento de áreas	Pagamento e reversão da provisão	10.014	9.957
Perdas com processos judiciais, administrativos e arbitrais	Pagamento e reversão da provisão	1.333	1.053
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	740	720
Estoques	Venda, baixa e perda	1.283	453
Benefícios concedidos a empregados, principalmente plano de pensão	Pagamento e reversão da provisão	1.568	1.586
Outros		63	914
Total		**(8.882)**	**(5.339)**

13.1.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui tratamentos fiscais incertos provisionados no balanço patrimonial, totalizando US$ 432 (US$ 614 em 31 de dezembro de 2025), relacionados principalmente à dedução de valores pagos na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no país. A redução no período decorre, principalmente, da finalização das discussões e do pagamento relativo à cobrança adicional da autoridade fiscal holandesa na apuração do tributo sobre o lucro (*Corporate Income Tax* - CIT) referente aos exercícios de 2018 a 2023 de controladas na Holanda, decorrente da valoração para fins fiscais das plataformas e equipamentos nacionalizados no âmbito do Repetro SPED.

Adicionalmente, a Companhia possui tratamentos fiscais incertos não provisionados no balanço patrimonial, no país e exterior no montante de US$ 5.517 (US$ 5.146 em 31 de dezembro de 2025), relacionados a processos judiciais e administrativos, em especial ao tratamento de lucros de controladas domiciliadas no exterior.

A Companhia também possui outros posicionamentos que podem ser considerados tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro, no valor de US$ 6.202 (US$ 4.912 em 31 de dezembro de 2025), dada a possibilidade de interpretação divergente por parte da autoridade fiscal. Esses tratamentos fiscais incertos são suportados por avaliações técnicas e por metodologia de avaliação de riscos tributários, portanto a Companhia considera que tais posicionamentos serão aceitos pelas autoridades fiscais, assim entendidos os órgãos que decidem se tratamentos fiscais são aceitáveis de acordo com a legislação tributária, incluindo tribunais judiciais.

Desta forma, em 30 de setembro de 2026, as posições fiscais incertas, no país e no exterior, perfazem o montante de US$ 12.151 (US$ 10.672 em 31 de dezembro de 2025), para as quais a Petrobras seguirá defendendo sua posição.

13.2. Impostos e contribuições e participações governamentais

13.2.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país				
PIS e COFINS	251	255	1.486	1.291
PIS e COFINS diferido	424	354	1.877	1.461
PIS e COFINS - Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo	–	–	731	661
ICMS	303	320	578	515
ICMS Diferido	432	369	233	229
Outros impostos e contribuições	15	28	20	20
	1.425	**1.326**	**4.925**	**4.177**
No exterior	46	42	–	–
Total	**1.471**	**1.368**	**4.925**	**4.177**

13.2.2. Impostos e contribuições a recolher

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante [1]	
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025
No país				
Participação especial/Royalties [2]	2.559	1.400	18	56
ICMS	1.406	1.291	–	–
PIS e COFINS	393	445	236	178
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	193	329	–	–
Imposto de exportação	580	–	–	–
Outros impostos e contribuições	220	333	106	90
	5.351	**3.798**	**360**	**324**
No exterior	19	12	–	–
Total	**5.370**	**3.810**	**360**	**324**

(1) Os valores de impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outros passivos".

(2) O aumento em royalties e participação especial reflete maiores preços médios e volumes de produção de óleo e gás.

13.3. Programa de recuperação fiscal – REFIS

Em março e abril de 2026, a Petrobras aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Créditos Tributários (REFIS), instituído pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar nº 225/2025, com o objetivo de encerrar contingências tributárias materializadas relacionadas ao ICMS. Os efeitos do programa impactaram o resultado do período em US$ 118, nas despesas tributárias.

13.4. Imposto de exportação sobre petróleo bruto e óleo diesel

Em 12 de março de 2026, a Medida Provisória nº 1.340 instituiu o Imposto de Exportação (IE) sobre as exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e de óleo diesel de uso rodoviário, com vigência a partir de 12 de março de 2026. Após o encerramento da vigência da medida provisória, em 9 de julho de 2026, a tributação das exportações de petróleo bruto foi mantida pelas Resoluções nº 938, nº 957 e nº 977/2026 do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) até 31 de dezembro de 2026. Por sua vez, a tributação das exportações de óleo diesel de uso rodoviário prevista na Medida Provisória não foi mantida nas referidas Resoluções.

O IE sobre o petróleo bruto possui alíquota de 12%, como regra geral, e de 6% nas exportações destinadas à União Europeia (UE), nos termos do Acordo Provisório de Comércio entre a UE e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O tributo não é recuperável, mas é dedutível na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O prazo para pagamento do imposto será de até 15 dias para o óleo diesel e 60 dias para o petróleo, contados da data do registro da declaração para despacho aduaneiro.

No período janeiro a setembro de 2026, a Companhia reconheceu em despesas tributárias o montante de US$ 1.954 relativo ao Imposto de Exportação (US$ 868 no período de julho a setembro de 2026).

13.5. Reforma tributária

Em 30 de abril de 2026, foram publicados os regulamentos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Esses regulamentos não introduziram alterações significativas em relação às disposições previstas nas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026.

O Ministério da Fazenda divulgou as alíquotas da CBS incidentes nas operações com combustíveis líquidos comercializados em volume, em 9 de outubro de 2026, por meio da Portaria MF nº 3.074. As alíquotas valerão a partir de janeiro de 2027.

De acordo com os trâmites definidos na Lei Complementar nº 214/2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) é o órgão responsável pela realização de estudos direcionados à definição das alíquotas de referência dos novos tributos.

Em 28 de outubro de 2026, o TCU concluiu o estudo referente à alíquota de CBS para 2027 (11,3%) e encaminhou o resultado ao Senado Federal, que deverá analisar e então fixar a alíquota de referência da CBS. Caberá à União, por meio de lei específica, fixar a alíquota padrão da CBS, que será utilizada no ano de 2027.

Dessa forma, no estágio atual de implementação e regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, a Companhia avalia que permanecem incertezas relevantes quanto a aspectos essenciais à aplicação dos novos tributos. Em consequência disso, não foram identificados efeitos nas informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026, considerando que:

- Não foram publicados os elementos necessários para a identificação objetiva das alíquotas do IBS e da CBS aplicáveis às operações da Companhia, incluindo a alíquota de referência e as alíquotas padrão por ente federativo, conforme aplicável;

- As obrigações acessórias relacionadas, entre outros, à emissão de documentos fiscais, ao aproveitamento de créditos, aos procedimentos de ressarcimento e à adoção de regimes específicos ainda não se encontram suficientemente detalhadas; e

- A alíquota do Imposto Seletivo (IS) para bens minerais foi publicada em 4 de novembro de 2026, por meio da Medida Provisória nº 1.399, que estabeleceu a alíquota zero, em caráter excepcional e transitório, até 31 de dezembro de 2027. Apesar disso, permanecem pendentes a regulamentação do IS e as diretrizes necessárias à sua operacionalização, incluindo, principalmente, as regras para cumprimento das obrigações acessórias e o momento de incidência.

14. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Inclui também despesas com diretores e outros administradores. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

	30.09.2026	31.12.2025
Passivo		
Benefícios de curto prazo	2.622	2.722
Benefícios rescisórios	71	91
Benefícios pós emprego	18.104	16.359
Total	**20.797**	**19.172**
Circulante	3.731	3.805
Não Circulante	17.066	15.367

14.1. Benefícios de curto prazo

	30.09.2026	31.12.2025
Provisão de férias e 13º salário	1.046	610
Participação nos lucros ou resultados - PLR	572	677
Programa de prêmio a empregados - PRD	682	717
Salários, encargos e outras provisões	322	718
Total	**2.622**	**2.722**
Circulante	2.596	2.706
Não circulante [1]	26	16

(1) Refere-se ao saldo do diferimento por 4 anos da parcela do programa de remuneração variável dos administradores e dos gestores executivos.

A Companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Custeio/Despesas na Demonstração de resultado	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Salários, férias, 13º salário, encargos e outros	(3.456)	(2.810)	(1.342)	(1.000)
Honorários e encargos de Administradores	(13)	(10)	(6)	(3)
Programas de remuneração variável [1]	(1.196)	(999)	(475)	(404)
Programa de prêmio por desempenho - PRD [2]	(627)	(518)	(284)	(240)
Participações nos lucros ou resultados [2]	(569)	(481)	(191)	(164)
Total	**(4.665)**	**(3.819)**	**(1.823)**	**(1.407)**

(1) Inclui valores de complemento de provisão referente aos programas de exercícios anteriores.
(2) Valor reconhecido como Outras receitas (despesas) operacionais líquidas - nota explicativa 6.

14.1.1. Programas de remuneração variável

A Companhia reconhece a contribuição dos empregados para os resultados alcançados, por meio de dois programas: a) Participação nos lucros e resultados; e b) Prêmio por desempenho.

Participação nos lucros ou resultados (PLR)

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras:

- realizou pagamento da PLR no valor de US$ 725, considerando o regramento e os limites individuais de acordo com a remuneração de cada empregado; e

- provisionou o valor de US$ 570 (US$ 481 em 2025) referente ao exercício de 2026, registrado em outras despesas operacionais.

Programa de prêmio por desempenho - PRD

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras:

- realizou pagamento da PRD no valor de US$ 710, considerando o cumprimento das métricas de desempenho da Companhia e o desempenho individual dos empregados; e

- provisionou o valor de US$ 626, referente ao exercício de 2026 (US$ 517 em 2025), registrado em outras despesas operacionais, incluindo os demais programas das empresas consolidadas.

14.2. Benefícios pós emprego

A Companhia mantém um plano de saúde para seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes e outros cinco principais planos de benefícios de pensão pós-aposentadoria (chamados coletivamente de “planos de pensão da Companhia”).

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	30.09.2026	31.12.2025
Passivo		
Plano de saúde - AMS Saúde Petrobras	13.131	11.661
Subtotal - plano de saúde	**13.131**	**11.661**
Plano de pensão Petros Repactuados (PPSP-R)	2.839	2.734
Plano de pensão Petros Não Repactuados (PPSP-NR)	998	946
Plano de pensão Petros Repactuados Pré-70 (PPSP-R Pré-70)	572	513
Plano de pensão Petros Não Repactuados Pré-70 (PPSP-NR Pré-70)	561	501
Plano de pensão Petros 2 (PP2)	3	4
Subtotal - planos de pensão	**4.973**	**4.698**
Total	**18.104**	**16.359**
Circulante	1.116	1.036
Não Circulante	16.988	15.323

Plano de saúde

O Plano de saúde, nomeado AMS (Saúde Petrobras), é administrado e operado pela Associação Petrobras de Saúde (APS), associação civil, sem fins lucrativos e inclui programas de prevenção e assistência à saúde. O plano oferece assistência à saúde a todos os empregados atuais, aposentados, pensionistas e grupo familiar elegível, de acordo com os critérios definidos no regulamento e no acordo coletivo de trabalho (ACT), e está aberto a novos empregados.

O pagamento do custo assistencial é efetuado pela Companhia com base na utilização dos beneficiários. A participação financeira da Companhia e dos beneficiários nas despesas é estabelecida no regulamento e no ACT, sendo, atualmente, 70% pela Companhia e 30% pelos participantes.

Planos de pensão

Os planos de pensão patrocinados são administrados pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de pensão são regulados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas.

A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade aos planos.

Em 24 de março de 2026, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou as demonstrações financeiras dos planos previdenciários patrocinados pela Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A obrigação líquida com planos de pensão registrada pela Companhia é calculada conforme os requerimentos do IFRS Accounting Standards, que adota uma metodologia de reconhecimento distinta daquela utilizada pelos fundos de pensão no Brasil, que são regulados pelo CNPC.

As principais diferenças entre as práticas contábeis da Companhia para cômputo do compromisso atuarial em 31 de dezembro de 2025, adotadas no Brasil (CNPC e CVM) entre Fundo de Pensão e Patrocinadora, estão demonstradas a seguir:

	PPSP-R (1)	PPSP-NR (1)
Déficit acumulado de acordo com o CNPC - Fundação Petros	**236**	**118**
Contribuições futuras normais e extraordinárias - patrocinadora	4.273	1.259
Contribuições contratadas - Termo de Compromisso Financeiro - patrocinadora	786	567
Hipóteses Financeiras (taxa de Juros e Inflação), ajuste no valor dos ativos do plano e metodologia de cálculo)	(2.048)	(496)
Passivo atuarial líquido de acordo com a CVM - Patrocinadora	**3.247**	**1.448**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

No critério CNPC, a Petros considera o fluxo futuro das contribuições normais e extraordinárias patronais, descontado a valor presente, enquanto a Companhia só considera esses fluxos na medida em que são realizados. Além disso, a Petros define a taxa real de juros com base nas expectativas de rentabilidade e nos parâmetros da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), enquanto a Companhia utiliza uma taxa que combina o perfil de maturidade das obrigações com a curva de retorno de títulos do governo. Em relação ao ativo garantidor, os títulos públicos na Petros são marcados a mercado ou na curva, enquanto na Companhia são marcados todos a valor de mercado.

14.2.1. Valores nas demonstrações financeiras relacionadas a planos de benefícios definidos

O passivo atuarial líquido representa as obrigações da Companhia, líquidas do valor justo dos ativos do plano (quando aplicável), a valor presente.

A movimentação das obrigações atuariais relacionadas aos planos de pensão e saúde com características de benefício definido é apresentada a seguir:

	2026				
	Planos de Pensão			Plano de Saúde	Total
	PPSP-R [1]	PPSP-NR [1]	Petros 2	Saúde Petrobras-AMS	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**3.247**	**1.448**	**4**	**11.661**	**16.360**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	**284**	**129**	**–**	**1.241**	**1.654**
Custo do serviço corrente	–	–	–	197	197
Custo dos juros líquidos	284	129	–	1.044	1.457
Efeito caixa	**(324)**	**(109)**	**(11)**	**(489)**	**(933)**
Pagamento de contribuições	(307)	(98)	(11)	(489)	(905)
Pagamento do termo de compromisso financeiro	(17)	(11)	–	–	(28)
Outros movimentos	**204**	**91**	**10**	**718**	**1.023**
Outros	–	–	11	–	11
Ajustes de conversão	204	91	(1)	718	1.012
Saldo em 30 de setembro de 2026	**3.411**	**1.559**	**3**	**13.131**	**18.104**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

	2025				
	Planos de Pensão			Plano de saúde	Total
	PPSP-R [1]	PPSP-NR [1]	PP2	Saúde Petrobras-AMS	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.684**	**1.158**	**58**	**7.498**	**11.398**
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	**273**	**117**	**5**	**900**	**1.295**
Custo do serviço corrente	3	–	–	123	126
Custo dos juros líquidos	270	117	5	777	1.169
Reconhecidos no PL - outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**1**	**1**
Perdas (ganhos) de remensuração	–	–	–	1	1
Efeito caixa	**(280)**	**(89)**	**(9)**	**(402)**	**(780)**
Pagamento de contribuições	(266)	(81)	(9)	(402)	(758)
Pagamento do termo de compromisso financeiro	(14)	(8)	–	–	(22)
Outros movimentos	**437**	**194**	**7**	**1.263**	**1.901**
Ajustes de conversão	437	194	7	1.263	1.901
Saldo em 30 de setembro de 2025	**3.114**	**1.380**	**61**	**9.260**	**13.815**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

A despesa líquida com planos de pensão e saúde está apresentada a seguir:

	Planos de Pensão			Plano de Saúde	
	PPSP-R [1]	PPSP-NR [1]	Petros 2	Saúde Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e despesas)	(16)	(3)	–	(454)	(473)
Relativa aos Inativos (outras despesas operacionais)	(268)	(126)	–	(787)	(1.181)
Despesa reconhecida no resultado Jan-Set/2026	**(284)**	**(129)**	**–**	**(1.241)**	**(1.654)**
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(19)	(2)	(1)	(296)	(318)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(254)	(115)	(4)	(604)	(977)
Despesa reconhecida no resultado Jan-Set/2025	**(273)**	**(117)**	**(5)**	**(900)**	**(1.295)**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

	Planos de Pensão			Plano de Saúde	
	PPSP-R [1]	PPSP-NR [1]	Petros 2	Saúde Petrobras	Total
Relativa a empregados ativos (custeio e despesas)	(5)	(1)	–	(151)	(157)
Relativo aos Inativos (outras despesas operacionais)	(90)	(42)	–	(263)	(395)
Despesa reconhecida no resultado - Jul-Set/2026	**(95)**	**(43)**	**–**	**(414)**	**(552)**
Relativa a empregados ativos (custeio e resultado)	(6)	(1)	(1)	(102)	(110)
Relativa aos inativos (outras despesas operacionais)	(88)	(40)	(1)	(209)	(338)
Despesa reconhecida no resultado - Jul-Set/2025	**(94)**	**(41)**	**(2)**	**(311)**	**(448)**

(1) Inclui o saldo dos planos PPSP-R Pré-70 e PPSP-NR Pré-70.

14.2.2. Contribuições

No período de janeiro a setembro de 2026, a Companhia contribuiu com o total de US$ 933 (US$ 780 no mesmo período de 2025, para os planos de benefício definido (reduzindo o saldo de obrigações desses planos, conforme nota 14.2.1), e com US$ 214 e US$ 2, respectivamente, às parcelas de contribuição definida dos planos PP-2 e PP-3 (US$ 172 para PP-2 e US$ 1 para PP-3 no mesmo período de 2025), que foram reconhecidas em custeio e despesas do período.

15. Processos judiciais, depósitos judiciais e contingências

15.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia constitui provisões nos processos judiciais, administrativos e arbitrais, em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, incluindo: (i) cobrança de ICMS incidente sobre óleo bunker envolvendo vários estados; (ii) cobrança de ICMS relativo a Fundos Estaduais envolvendo incentivos fiscais; (iii) não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre abonos e gratificações; e (iv) não homologação de compensações de tributos federais, incluindo glosa de créditos de PIS e COFINS.

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) reclamações trabalhistas diversas; e (ii) ações de terceirizados.

- Processos cíveis, destacando-se: (i) pleitos envolvendo contratos; (ii) processos administrativos e judiciais discutindo multas aplicadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em especial as relativas a sistemas de medição de produção, bem como processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos; (iii) ações que discutem temas vinculados a planos de previdência complementar geridos pela Petros; e (iv) ações que discutem indenizações relacionadas à desapropriação e servidão de passagem.

- Processos ambientais, em especial: (i) multas relativas ao acidente ambiental ocorrido em 2000 no Estado do Paraná; (ii) multas relativas à operação offshore da Companhia; e (iii) ação civil pública por vazamento de petróleo em 2004 no Parque Estadual da Serra do Mar, no estado de São Paulo.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	30.09.2026	31.12.2025
Processos trabalhistas	850	691
Processos fiscais	1.072	737
Processos cíveis	2.022	1.601
Processos ambientais	216	221
Total	**4.160**	**3.250**

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial	3.250	2.833
Adição, líquida de reversão	895	373
Utilização	(607)	(822)
Revisão de processos já provisionados e juros	428	281
Outros	–	(8)
Ajuste de conversão	194	442
Saldo final	**4.160**	**3.099**

Na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas condensadas não auditadas do período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

15.2. Depósitos judiciais

A Companhia efetua depósitos na fase judicial, em especial para suspender a exigibilidade do débito de natureza tributária e permitir ao contribuinte a manutenção de sua regularidade fiscal. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	30.09.2026	31.12.2025
Fiscais	11.753	10.172
Trabalhistas	882	839
Cíveis	4.194	3.702
Ambientais e outros	101	101
Total	**16.930**	**14.814**

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial	14.814	11.748
Adição	214	551
Utilização	(85)	(127)
Atualização financeira	1.080	894
Outros	–	(1)
Ajuste de conversão	907	2.014
Saldo final	**16.930**	**15.079**

A Companhia mantém Negócio Jurídico Processual (NJP) celebrado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o objetivo de postergar a realização de depósitos judiciais, relacionados a processos tributários federais, com valores superiores a US$ 39 (R$ 200 milhões), viabilizando a discussão judicial sem a necessidade de desembolso financeiro imediato.

Para isso, a Companhia oferece capacidade de produção dos campos de Tupi, Sapinhoá e/ou Roncador. À medida que os depósitos judiciais venham a ser realizados, a referida capacidade de produção é liberada para outros processos que venham a integrar o NJP.

A Companhia entende que o referido NJP permite maior previsibilidade de caixa e assegura a manutenção da regularidade fiscal federal. Em 30 de setembro de 2026, a capacidade de produção compromissada no NJP totalizava US$ 1.431 (US$ 1.417 em 31 de dezembro de 2025).

15.3. Processos judiciais e administrativos não provisionados

As estimativas de passivos contingentes são indexadas à inflação e atualizadas pelas taxas de juros aplicáveis. Em 30 de setembro de 2026, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	30.09.2026	31.12.2025
Fiscais	24.215	25.585
Trabalhistas	1.961	1.844
Cíveis	14.637	12.748
Ambientais e outros	1.607	1.394
Total	**42.420**	**41.571**

Os principais processos judiciais não provisionados são:

- Processos fiscais, incluindo: (i) cobrança de ICMS de temas diversos envolvendo vários estados; (ii) lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (iii) não homologação de compensações de PIS e COFINS em virtude de glosa de créditos; (iv) cobrança de PIS e COFINS, decorrente do pagamento de tributos transacionados com a União Federal, com exclusão do recolhimento de multas; (v) incidência de contribuições previdenciárias sobre o pagamento de abonos e gratificações; e (vi) incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações;

- Processos trabalhistas envolvendo assuntos diversos;

- Processos cíveis, destacando-se: (i) processos administrativos e judiciais que discutem diferença de participação especial e royalties em campos de petróleo diversos, incluindo unificação de jazidas e reservatórios; (ii) pleitos envolvendo contratos; ((iii) ações que discutem temas vinculados a planos de previdência complementar geridos pela Petros; (iv) multas de agências reguladoras, em especial, da ANP; e (v) processos judiciais e arbitrais que discutem vendas de ativos realizadas pela Petrobras; e

- Processos ambientais, com destaque para (i) multas ambientais relacionadas às operações da Companhia; (ii) ações indenizatórias de pescadores; e (iii) indenizações e reparações por danos ambientais.

15.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

15.4.1. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Roterdã, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Petrobras International Braspetro B.V. (PIBBV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF), Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&GBV) e alguns ex-gestores da Petrobras. A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava-Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores.

Em 26 de maio de 2021, a Corte Distrital de Roterdã decidiu que a ação coletiva deveria prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da Companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. Não obstante, estão excluídos do escopo da ação os interesses dos investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 30 de outubro de 2024, após a manifestação das partes sobre a prova técnica, a Corte Distrital de Roterdã proferiu sentença, na qual acolheu amplamente os argumentos da Petrobras com relação aos pedidos apresentados em favor dos acionistas da Companhia e considerou que: i) de acordo com a legislação brasileira, todos os danos alegados pela Fundação se qualificam como indiretos e não são passíveis de ressarcimento; ii) de acordo com a legislação argentina, os acionistas não podem, em princípio, pleitear indenização da Companhia pelos danos alegados pela Fundação, e a Fundação não demonstrou que representa um número suficiente de investidores que poderiam, em tese, apresentar tal pedido.

Dessa forma, Corte Distrital de Roterdã rejeitou as alegações da Fundação de acordo com as leis brasileira e argentina, o que resulta na rejeição de todos os pedidos formulados em favor de acionistas. Com relação a determinados detentores de bonds, o Tribunal considerou que a Petrobras e a PGF agiram ilegalmente sob a legislação de Luxemburgo, enquanto a PGF agiu ilegalmente no que tange à legislação holandesa.

Além disso, a Corte Distrital de Roterdã confirmou os seguintes pontos da decisão divulgada ao mercado em 26 de julho de 2023: i) rejeição das alegações contra a PIBBV, PO&GBV e os ex-presidentes da Petrobras do período de julho de 2005 a fevereiro de 2015; ii) prescrição de pedidos formulados de acordo com a legislação espanhola.

A Petrobras, a Fundação e a PGF recorreram da sentença e das decisões intermediárias anteriores.

Em 30 de junho de 2026, o Tribunal de Apelação de Haia inadmitiu o recurso interposto pela Fundação especificamente em relação à PIBBV e PGF. Essa decisão não afeta os recursos interpostos pela PGF, pela Petrobras e o recurso remanescente da Fundação interposto em relação à Petrobras, que permanecem pendentes de julgamento.

Mesmo em relação aos detentores de bonds, a Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado final favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras a PGF poderão oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e à quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados pelos eventuais beneficiários da decisão ou pela Fundação. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição do Poder Judiciário holandês, o escopo do acordo que encerrou a *Class Action* nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte de apelação de Haia e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A Companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a Companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de projetar uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras continua a negar as alegações da Fundação, em relação às quais foi considerada vítima por todas as autoridades brasileiras, inclusive o STF.

A Petrobras e as suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

15.4.2. Arbitragem e outros processos judiciais na Argentina

Na arbitragem da Argentina, na qual se discute a responsabilização da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras no país, em razão dos desdobramentos da chamada Operação Lava Jato, o recurso apresentado pela *Consumidores Damnificados Asociación Civil*, antes denominada Consumidores Financieros *Asociación Civil para su Defensa* (“Associação”), teve seguimento negado. A Associação apresentou novo recurso à Suprema Corte argentina, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral. A Companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta arbitragem.

Em paralelo a tal arbitragem, a Associação também iniciou uma ação coletiva perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, tendo a Petrobras comparecido espontaneamente em 10 de abril de 2023, no âmbito da qual alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá das acusações formuladas pela autora da ação coletiva. A Companhia não possui elementos que permitam produzir uma estimativa confiável da potencial perda nesta ação.

Quanto à ação penal na Argentina relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015, em 3 de setembro de 2025, o Juízo de primeira instância reconheceu a prescrição da ação penal e determinou o seu arquivamento. A sentença de extinção da ação penal foi proferida após a decisão do Tribunal de Apelações em 3 de abril de 2025, que revogou a decisão anterior de processamento da Petrobras e o embargo cautelar anteriormente ordenado. Em 2 de março de 2026, o Tribunal de Apelações rejeitou o recurso de apelação da Associação interposto contra a sentença de extinção da ação penal. Em 8 de outubro de 2026, a Câmara Federal de Cassação rejeitou novo recurso da Associação e manteve as decisões de primeira e segunda instâncias que reconheceram a prescrição. Tal decisão ainda é recorrível.

15.4.3. Arbitragens propostas por acionistas minoritários no Brasil

Não ocorreram alterações relevantes no período de janeiro a setembro de 2026.

Para mais informações, consultar a nota explicativa 20.5, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

16. Provisões para desmantelamento de áreas

O quadro a seguir detalha o valor da provisão para desmantelamento por área de produção:

	30.09.2026	31.12.2025
Terra	705	675
Águas rasas	8.388	8.106
Águas profundas e ultraprofundas pós-sal	12.653	12.748
Pré-sal	7.560	6.984
Total	**29.306**	**28.513**
Circulante	2.682	2.950
Não circulante	26.624	25.563

A movimentação da provisão para desmantelamento de áreas é apresentada a seguir:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial	28.513	26.202
Revisão de provisão	7	39
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	–	100
Utilização das provisões	(2.013)	(1.193)
Atualização de juros	1.028	961
Outros	(8)	(16)
Ajuste de conversão	1.779	4.303
Saldo final	**29.306**	**30.396**

17. Outros ativos e passivos

Ativo	30.09.2026	31.12.2025
Depósitos vinculados e/ou dados em garantia	933	685
Operações com derivativos	157	102
Ativos relativos a parcerias de negócio	409	275
Outros	225	149
Total	**1.724**	**1.211**
Circulante	1.211	895
Não circulante	513	316

Passivo	30.09.2026	31.12.2025
Obrigações oriundas de desinvestimentos (1)	1.532	938
Retenções contratuais	1.079	923
Adiantamentos de clientes	384	317
Provisões com gastos ambientais, P&D e multas	689	506
Impostos e contribuições	358	324
Dividendos e JCP não reclamados	156	187
Operações com derivativos	120	131
Obrigações oriundas de aquisição de participação societária	177	157
Credores diversos	111	142
Outros	509	421
Total	**5.115**	**4.046**
Circulante	3.362	2.331
Não circulante	1.753	1.715

(1) Inclui obrigações de desembolso relativas à TAG, conforme nota explicativa 23.3.

18. Imobilizado

18.1. Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens (1)	Ativos em construção (2)	Gastos c/exploração e desenv. (3)	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.392**	**52.662**	**37.120**	**38.894**	**36.972**	**168.040**
Custo	4.417	116.063	42.752	77.977	58.273	299.482
Depreciação e *impairment* acumulado (4)	(2.025)	(63.401)	(5.632)	(39.083)	(21.301)	(131.442)
Adições	52	133	14.567	166	7.290	22.208
Juros capitalizados	–	–	1.916	–	–	1.916
Baixas	(3)	(33)	(64)	(20)	(115)	(235)
Transferências (5)	333	7.750	(11.072)	4.448	1	1.460
Transferências para ativos mantidos para venda	(1)	–	1	–	–	–
Depreciação, amortização e depleção	(70)	(4.972)	–	(4.226)	(6.897)	(16.165)
Impairment - constituição (nota explicativa 20)	–	(49)	(55)	(45)	(79)	(228)
Impairment - reversão (nota explicativa 20)	1	4	414	–	–	419
Ajuste de conversão	148	3.155	2.388	2.389	2.267	10.347
Saldo em 30 de setembro de 2026	**2.852**	**58.650**	**45.215**	**41.606**	**39.439**	**187.762**
Custo	5.070	129.846	50.610	87.524	66.946	339.996
Depreciação e *impairment* acumulado (4)	(2.218)	(71.196)	(5.395)	(45.918)	(27.507)	(152.234)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**2.852**	**58.650**	**45.215**	**41.606**	**39.439**	**187.762**

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.485**	**45.807**	**24.384**	**35.921**	**27.688**	**136.285**
Custo	3.895	96.963	30.321	67.357	42.366	240.902
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(1.410)	(51.156)	(5.937)	(31.436)	(14.678)	(104.617)
Adições	41	80	12.396	115	10.510	23.142
Desmantelamento de áreas - revisão/constituição	–	–	–	6	–	6
Juros capitalizados	–	–	1.438	–	–	1.438
Baixas	(1)	(28)	(324)	(6)	(19)	(378)
Transferências [5]	(352)	4.025	(5.111)	2.592	(1)	1.153
Transferências para ativos mantidos para venda	–	(2)	–	–	–	(2)
Depreciação, amortização e depleção	(72)	(4.135)	–	(3.506)	(5.535)	(13.248)
"*Impairment*" - constituição (nota explicativa 20)	(44)	(116)	(17)	(10)	(84)	(271)
"*Impairment*" - reversão (nota explicativa 20)	32	70	230	–	–	332
Ajuste de conversão	409	7.512	4.432	5.799	4.948	23.100
Saldo em 30 de setembro de 2025	**2.498**	**53.213**	**37.428**	**40.911**	**37.507**	**171.557**
Custo	4.477	116.149	44.029	80.991	58.587	304.233
Depreciação e *impairment* acumulado [4]	(1.979)	(62.936)	(6.601)	(40.080)	(21.080)	(132.676)

(1) Composto por plataformas de produção, refinarias, termelétricas, unidades de tratamento de gás, dutos e outras instalações de operação, armazenagem e produção, incluindo equipamentos submarinos de produção e escoamento de óleo e gás depreciados pelo método das unidades produzidas.

(2) Os saldos por segmento de negócio são apresentados na nota explicativa 8.

(3) Composto por ativos de exploração e produção relacionados a poços, abandono de áreas, bônus de assinatura associados a reservas provadas e outros gastos diretamente vinculados à exploração e produção, exceto ativos classificados em "Equipamentos e outros bens".

(4) No caso dos terrenos e ativos em construção, refere-se apenas às perdas por *impairment*.

(5) Inclui principalmente transferências entre tipos de ativos e transferências de adiantamentos (Pagamentos antecipados).

As adições em ativos em construção devem-se, principalmente, por investimentos em desenvolvimento da produção do campo de Búzios e demais campos da Bacia de Santos, Bacia do Espírito Santo e da Bacia de Campos. Já as adições em direito de uso referem-se principalmente a sondas para operações de E&P, tendo o respectivo reflexo no passivo de arrendamentos.

18.2. Tempo de vida útil estimada

O tempo de vida útil dos ativos depreciados são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	39 (entre 25 e 50)
Equipamentos e outros bens	24 (entre 1 e 31) - exceto ativos pelo método de unidade produzida
Gastos com exploração e desenvolvimento	Método de unidade produzida ou 20 anos
Direitos de uso	13 (entre 1 e 50)

18.3. Direitos de Uso

Os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Plataformas	Embarcações	Imóveis	Total
Custo	28.840	34.596	3.510	66.946
Depreciação e *impairment* acumulado	(7.577)	(18.514)	(1.416)	(27.507)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**21.263**	**16.082**	**2.094**	**39.439**
Custo	28.617	26.632	3.024	58.273
Depreciação e *impairment* acumulado	(6.692)	(13.593)	(1.016)	(21.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**21.925**	**13.039**	**2.008**	**36.972**

18.4. Acordos de Individualização da Produção (AIPs)

A Petrobras possui Acordos de Individualização da Produção (AIP) celebrados no Brasil com empresas parceiras em consórcios de E&P, que envolvem processos de equalização de gastos e volumes de produção, principalmente relacionados aos campos Agulhinha, Berbigão, Budião Noroeste, Budião Sudeste, Pré-Sal de Jubarte e Sururu.

A Companhia mantém estimativa dos valores associados aos AIP submetidos à aprovação da ANP, cuja movimentação está apresentada a seguir:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial, líquido	409	577
Adições (baixas) no Ativo	(39)	(343)
Outras despesas (receitas) operacionais	32	708
Atualização monetária	(27)	–
Pagamentos efetuados	(161)	–
Recebimentos realizados	595	–
Ajuste de conversão	29	124
Saldo final, líquido	**838**	**1.066**

A movimentação no período reflete a melhor estimativa disponível das premissas utilizadas na apuração da base de cálculo e o compartilhamento de ativos relevantes em áreas a serem equalizadas.

Jazida Compartilhada de Sapinhoá

Em 12 de março de 2026, a Petrobras pagou US$ 42 à União, representada pela Pré-Sal Petróleo (PPSA), referente à assinatura do Aditivo ao AIP da jazida compartilhada de Sapinhoá, aprovado pela ANP no terceiro trimestre de 2025.

Jazida Compartilhada de Tupi

No período de janeiro a setembro de 2026, a Petrobras recebeu US$ 595 das empresas parceiras, e pagou US$ 119 à União, representada pela PPSA, referentes ao processo de redeterminação da Jazida Compartilhada de Tupi.

Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu

Em 30 de abril de 2026, a ANP aprovou o AIP das Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu, na Bacia de Santos, com vigência a partir de 1º de maio de 2026. O acordo contempla as áreas do contrato de concessão BM-S-11A, operado pela Petrobras (42,5%), em parceria com Shell (25%), TotalEnergies (22,5%) e Petrogal (10%), bem como a área do contrato de cessão onerosa, operada pela Petrobras (100%).

Em 13 de outubro de 2026, a Petrobras celebrou com as empresas integrantes do consórcio os Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGVs) de Berbigão, Sururu e dos respectivos ativos compartilhados, em decorrência da entrada em efetividade do AIP.

Como resultado da assinatura desses AEGVs, a Petrobras terá direito ao recebimento líquido de US$ 859 das demais empresas do consórcio, cuja liquidação financeira está prevista para ocorrer até novembro de 2026. O correspondente direito a receber e os respectivos efeitos no resultado serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no quarto trimestre de 2026.

18.5. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica, a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção, foi de 7,37% a.a. no período de janeiro a setembro de 2026 (7,17% a.a. no mesmo período de 2025).

19. Intangível

19.1. Por tipo de ativos

	Direitos e Concessões [1]	Software	Ágio (goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.750**	**751**	**22**	**2.523**
Custo	1.984	2.134	22	4.140
Amortização e *impairment* acumulado	(234)	(1.383)	–	(1.617)
Adições	18	187	–	205
Juros capitalizados	–	16	–	16
Baixas	–	(1)	–	(1)
Transferências	–	4	–	4
Amortização	(2)	(142)	–	(144)
Ajuste de conversão	109	47	1	157
Saldo em 30 de setembro de 2026	**1.875**	**862**	**23**	**2.760**
Custo	2.125	2.474	23	4.622
Amortização e *impairment* acumulado	(250)	(1.612)	–	(1.862)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida [2]	5	Indefinida	

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.697**	**538**	**20**	**2.255**
Custo	1.750	1.663	20	3.433
Amortização e *impairment* acumulado	(53)	(1.125)	–	(1.178)
Adições	8	181	–	189
Juros capitalizados	–	8	–	8
Baixas	–	(1)	–	(1)
Transferências	(18)	3	(1)	(16)
Amortização	(3)	(109)	–	(112)
Impairment - constituição (nota explicativa 20)	(165)	–	–	(165)
Ajuste de conversão	266	91	3	360
Saldo em 30 de setembro de 2025	**1.785**	**711**	**22**	**2.518**
Custo	2.026	2.104	22	4.152
Amortização e *impairment* acumulado	(241)	(1.393)	–	(1.634)
Tempo de vida útil estimado em anos	Indefinida [2]	5	Indefinida	

(1) Composto principalmente por bônus de assinatura, pagos em contratos de concessão e de partilha de produção para exploração de petróleo ou gás natural, além de concessões de serviços públicos, marcas e patentes e outros.

(2) Composto principalmente por ativos com vida útil indefinida cuja avaliação é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

20. Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Demonstração de Resultado	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Reversão (perda) no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	191	47	–	287
Ativos exploratórios	–	(208)	–	–
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	59	5	–	2
Efeito líquido no resultado	**250**	**(156)**	**–**	**289**
Constituição	(236)	(495)	–	(41)
Reversão	486	339	–	330

Balanço Patrimonial	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Imobilizado	191	61	–	287
Intangível	–	(165)	–	–
Ativos mantidos para venda	–	(57)	–	–
Investimentos	59	5	–	2
Efeito líquido no balanço patrimonial	**250**	**(156)**	**–**	**289**

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em períodos anteriores.

No período de janeiro a setembro de 2026, foram reconhecidas reversões de perdas líquidas no resultado, no montante de US$ 250, destacando-se a Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III), localizada em Três Lagoas/MS, no valor de US$ 405, cuja aprovação de retomada do projeto resultou em estimativa de geração de caixa futura positiva para o ativo, com aumento do seu valor recuperável. Essa reversão foi parcialmente compensada por uma perda de US$ 227, decorrente do adiamento da retomada da produção da plataforma P-52, no campo de Roncador, localizado na Bacia de Campos, de setembro de 2026 para março de 2027.

No período de janeiro a setembro de 2025, foram reconhecidas perdas líquidas no resultado, no montante de US$ 156, destacando: (i) perdas pela não economicidade dos blocos C-M-753 e C-M-789, localizados na Bacia de Campos (US$ 208); (ii) perdas pela prorrogação do arrendamento do FPSO Cidade de Santos, na UGC Uruguá, para o descomissionamento da unidade (US$ 83); (iii) perdas pela compensação financeira adicional do Polo Cherne após o acidente na plataforma PCH-1 (US$ 57); (iv) perdas pelo atraso na retomada das operações da Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA (US$ 41); e (v) reversão de perdas nos ativos de refino e utilidades do Complexo de Energias Boaventura, após a aprovação do projeto e a assinatura dos principais contratos para conclusão e integração dos ativos à Reduc e ao parque de refino e logística da Petrobras (US$ 328).

21. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados às atividades exploratórias em reservas de óleo e gás não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo [1]	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Imobilizado		
Saldo inicial	2.427	1.475
Adições	706	716
Baixas	(18)	(5)
Transferências	(67)	(86)
Ajustes acumulados de conversão	136	247
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	–	(44)
Saldo final	**3.184**	**2.303**
Intangível		
Saldo inicial	1.664	1.609
Adições	14	–
Ajustes acumulados de conversão	103	251
Perdas em projetos sem viabilidade econômica	–	(164)
Saldo final	**1.781**	**1.696**
Total dos Custos Exploratórios Reconhecidos no Ativo	**4.965**	**3.999**

(1) Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

As adições de janeiro a setembro de 2026 referem-se, principalmente, a perfuração de poços associados às áreas do pré-sal dos blocos exploratórios FZA-M-59, na bacia do Foz do Amazonas, e ARAM, na Bacia de Santos.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Custos exploratórios reconhecidos no resultado				
Despesas com geologia e geofísica	(392)	(503)	(188)	(229)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura) (1)	(21)	(226)	(1)	(17)
Penalidades contratuais de conteúdo local	(33)	(4)	(19)	1
Outras despesas exploratórias	(1)	(13)	–	(3)
Total das despesas	**(447)**	**(746)**	**(208)**	**(248)**
Caixa utilizado nas atividades:				
Operacionais	393	516	188	232
Investimentos	720	734	218	231
Total do caixa utilizado	**1.113**	**1.250**	**406**	**463**

(1) Inclui valores referente à avaliação da não economicidade dos blocos exploratórios (nota explicativa 20).

21.1. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à ANP no total de US$ 2.193 (US$ 1.410 em 31 de dezembro de 2025) para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, os quais encontram-se líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, US$ 1.453 (US$ 1.358 em 31 de dezembro de 2025) correspondem ao penhor da capacidade de produção futura de petróleo dos campos de Marlim e Búzios que já se encontram na fase de produção, e US$ 740 (US$ 52 em 31 de dezembro de 2025) referem-se a garantias bancárias.

22. Investimentos

22.1. Mutação dos investimentos

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**464**	**86**	**550**
Investimentos	66	4	70
Reorganização, redução de capital e outros	–	(1)	(1)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	176	5	181
Ajuste de conversão	(1)	–	(1)
Outros resultados abrangentes	3	(3)	–
Dividendos	(74)	(1)	(75)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**634**	**90**	**724**

	Empreendimentos controlados em Conjunto	Coligadas (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**481**	**178**	**659**
Investimentos	2	5	7
Reorganização, redução de capital e outros	–	(3)	(3)
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	111	54	165
Ajuste de conversão	3	(233)	(230)
Outros resultados abrangentes	–	303	303
Dividendos	(104)	(3)	(107)
Saldo em 30 de setembro de 2025	**493**	**301**	**794**

(1) Inclui outros investimentos.

23. Venda de ativos e outras operações

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

	30.09.2026		31.12.2025
	E&P	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda			
Imobilizado	27	27	25
Total	**27**	**27**	**25**
Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para a venda			
Provisão para desmantelamento de áreas	113	113	103
Total	**113**	**113**	**103**

23.1. Aquisição de participações

Participação no campo de Tartaruga Verde e no Modulo III do campo de Espadarte

Em 09 de abril de 2026, a Companhia assinou com a Petronas Petróleo Brasil Ltda contratos para aquisição das participações de 50% dos campos de Tartaruga Verde e Espadarte – Módulo III, localizados na Bacia de Campos, pelo valor de US$ 450, sendo: (i) US$ 50 pagos na data assinatura do acordo; (ii) US$ 350 no fechamento da operação; e (iii) duas parcelas diferidas, no valor de até US$ 25 cada, a serem pagas em 12 e 24 meses após o fechamento. Após o cumprimento das condições precedentes, incluindo aprovação da ANP, a Petrobras voltará a deter 100% de participação nos ativos.

Ring-fence do Campo de Argonauta na Bacia de Campos

Em 27 de abril de 2026, a Companhia celebrou acordo para aquisição do *ring-fence* do Campo de Argonauta (Concessão BC-10), localizado na Bacia de Campos, pelo montante de US$ 134 (R$ 700 milhões), dos quais US$ 19 (R$ 100 milhões) serão pagos no fechamento da operação, e US$ 115 (R$ 600 milhões) no fechamento ou em 15 de janeiro de 2027, o que ocorrer por último. Além disso US$ 150 a serem pagos 2 anos após o fechamento da operação. Estes valores estão sujeitos a ajustes contratuais usuais.

A porção adquirida é referente a área do Campo de Argonauta que detém 0,86% da jazida compartilhada do pré-sal de Jubarte ("Jazida Compartilhada de Jubarte"), relacionada ao Acordo de Individualização da Produção ("AIP") vigente desde 1º de agosto de 2025.

Após a conclusão da operação, a participação da Companhia na Jazida Compartilhada de Jubarte será elevada para 98,11%, permanecendo 1,89% sob titularidade da União. A transação também encerra negociações relacionadas à equalização de participações e à individualização da produção envolvendo as partes anteriormente detentoras da área.

A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações pela ANP e pelo CADE.

Lightsource Brasil NewCo Holding S.A.

Em 20 de maio de 2026, a Petrobras adquiriu participação de 49,99% no capital votante da Lightsource Brasil NewCo Holding S.A., através do aporte financeiro de US$ 32 na empresa, estabelecendo uma parceria estratégica no segmento de energias renováveis onshore no país, incluindo geração de energia a partir de fontes renováveis e armazenamento de energia.

O investimento foi classificado pela Companhia como um empreendimento controlado em conjunto, considerando os termos estabelecidos no Acordo de Acionistas, sendo avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

23.2. Ativos contingentes em vendas de ativos e outras operações

Algumas vendas de ativos e acordos celebrados pela Companhia preveem recebimentos condicionados a cláusulas contratuais, especialmente relacionadas à variação do Brent nas operações relativas a ativos de E&P.

As operações que podem gerar reconhecimento de ganho, registrado em outras receitas operacionais, estão apresentadas a seguir:

Vendas	Data de fechamento da operação	No fechamento da operação	Ativo reconhecido em 2026	Ativo reconhecido em exercícios anteriores	Valor de ativos contingentes em 30.09.2026
Excedentes da Cessão Onerosa					
Sépia e Atapu [1] [2]	Abr/2022	5.263	208	1.514	3.536
Vendas em exercícios anteriores					
Polo Riacho da Forquilha	Dez/2019	62	–	58	4
Polos Pampo e Enchova	Jul/2020	650	85	358	207
Campo de Baúna	Nov/2020	285	14	271	–
Polo Cricaré	Dez/2021	118	–	106	12
Polo Peroá	Ago/2022	43	–	26	17
Papa-Terra	Dez/2022	90	–	54	36
Albacora Leste	Jan/2023	250	–	225	25
Polo Norte Capixaba	Abr/2023	66	–	33	33
Polo Golfinho e Polo Camarupim	Ago/2023	60	–	20	40
Total		**6.887**	**307**	**2.665**	**3.910**

(1) O valor registrado em outras receitas operacionais considera ajuste a valor presente (nota explicativa 06). O valor estimado da operação foi reduzido para US$ 5.258. Para mais informações, consultar a nota explicativa 29.2, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

23.3. Outras operações

Assinatura de novo Acordo de Acionistas na Braskem

Em 23 de abril de 2026, a Petrobras encaminhou notificação à Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial, formalizando sua decisão de não exercer os direitos de preferência e de *tag along* previstos no Acordo de Acionistas vigente da Braskem S.A.

Na mesma data, a Companhia celebrou um novo Acordo de Acionistas com o Shine I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (FIP), estabelecendo controle compartilhado da Braskem, com previsão de consenso nas deliberações societárias e indicação paritária de membros para o Conselho de Administração e Diretoria. Este acordo entrou em vigor em 03 de junho de 2026, após a conclusão da transferência de ações da Novonor para o FIP.

A Petrobras manteve sua participação de 36,15% no capital total da Braskem, sendo 47,03% do capital votante.

Considerando os termos estabelecidos no novo Acordo de Acionistas com o FIP, o investimento na Braskem deixou de ser classificado como uma coligada e passou a ser classificado pela Petrobras como um empreendimento controlado em conjunto, mantendo a avaliação contábil atual do investimento pelo método de equivalência patrimonial.

Obrigações oriundas de desinvestimentos - TAG

No desinvestimento de sua participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), em 2019, a Petrobras assumiu, conforme previsto no contrato de compra e venda das ações, a obrigação de pagamento à TAG caso a Base Regulatória de Ativos (BRA) do Sistema de Transporte Malha Nordeste fosse inferior ao valor de referência contratual, atualizado e depreciado.

Em 2 de outubro de 2026, a diretoria da ANP concluiu a definição da BRA para o ciclo tarifário 2026-2030.

Com base nessa decisão e nos parâmetros contratuais mencionados anteriormente, a Petrobras reconheceu, no período, uma despesa de US$ 696 em outras receitas e despesas, refletindo a melhor estimativa da Companhia em 30 de setembro de 2026, ainda sujeita a incertezas de mensuração, principalmente em razão dos recursos apresentados à ANP relativos às premissas regulatórias.

24. Financiamentos

24.1. Saldo por tipo de financiamento

No País	**30.09.2026**	**31.12.2025**
Mercado bancário	5.461	4.514
Mercado de capitais	2.983	3.017
Banco de fomento [1]	533	532
Outros financiamentos	1	3
Total	8.978	8.066
No Exterior		
Mercado bancário	3.087	3.081
Mercado de capitais	11.992	13.983
Agência de crédito à exportação	1.483	1.189
Outros financiamentos	98	122
Total	16.660	18.375
Total de financiamentos	**25.638**	**26.441**
Circulante	1.324	2.186
Não circulante	24.314	24.255

(1) Refere-se ao BNDES.

O valor classificado no passivo circulante é composto por:

	30.09.2026	**31.12.2025**
Financiamentos de curto prazo	13	20
Parcela corrente de financiamentos de longo prazo	873	1.616
Juros provisionados de parcelas de financiamentos de curto e longo prazo	438	550
Circulante	**1.324**	**2.186**

O saldo em mercado de capitais é composto, principalmente, por US$ 11.453 em *global notes*, emitidos no exterior pela PGF, US$ 1.965 em debêntures, emitidas no Brasil pela Petrobras e TBG, e US$ 947 em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os *global notes* possuem vencimentos entre 2029 e 2115 e não exigem garantias reais. Tais financiamentos foram realizados em dólares e libras, 92% e 8%, do total de *global notes*, respectivamente.

As debêntures e notas comerciais, com vencimentos entre 2029 e 2045, não exigem garantias e não são conversíveis em ações ou em participações societárias.

Em 30 de setembro de 2026, não ocorreram inadimplementos (*default*), quebra de *covenants* (*breaches*) ou alterações adversas em cláusulas que resultassem na alteração dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos. Não houve alteração nas garantias requeridas em relação a 31 de dezembro de 2025. A Petrobras garante, de modo integral, incondicional e irrevogável, os *global notes* emitidos no mercado de capitais por sua subsidiária integral PGF e os contratos de empréstimos de sua subsidiária integral PGT.

24.2. Movimentação

	País	**Exterior**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8.066**	**18.375**	**26.441**
Captações	1.012	2.082	3.094
Amortizações de principal [1]	(748)	(3.694)	(4.442)
Amortizações de juros [1]	(668)	(970)	(1.638)
Encargos incorridos no período [2]	746	876	1.622
Variações monetárias e cambiais	60	(63)	(3)
Ajuste acumulado de conversão	509	55	564
Saldo em 30 de setembro de 2026	**8.977**	**16.661**	**25.638**

	País	Exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	**5.563**	**17.599**	**23.162**
Captações	2.217	3.098	5.315
Amortizações de principal [1]	(223)	(1.480)	(1.703)
Amortizações de juros [1]	(434)	(936)	(1.370)
Encargos incorridos no período [2]	608	880	1.488
Variações monetárias e cambiais	16	(101)	(85)
Ajuste acumulado de conversão	1.075	240	1.315
Saldo em 30 de setembro de 2025	**8.822**	**19.300**	**28.122**

(1) Inclui pré-pagamentos.
(2) Inclui apropriações de ágios, deságios e custos de transações associados.

24.3. Reconciliação com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Jan-Set/2026			Jan-Set/2025		
	Captações	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros	Captações	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros
Movimento em financiamentos	3.094	(4.442)	(1.638)	5.315	(1.703)	(1.370)
Reestruturação de dívida	–	(26)	–	–	–	–
Depósitos vinculados [1]	–	(154)	(12)	–	(193)	(21)
Fluxo de caixa das atividades de	**3.094**	**(4.622)**	**(1.650)**	**5.315**	**(1.896)**	**(1.391)**

(1) Valores depositados para pagamento de obrigações relativas a financiamentos captados junto ao China Development Bank, com liquidações semestrais em junho e dezembro.

No período de janeiro a setembro de 2026, a Companhia:

- liquidou o total de US$ 6.272, sendo: (i) US$ 3.175 no mercado de capitais, destacando-se a recompra e o resgate de US$ 1.886 em títulos no mercado de capitais internacional; (ii) US$ 2.614 no mercado bancário, incluindo pré-pagamento de US$ 1.360 em empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; (iii) US$ 361 nas agências de crédito à exportação; (iv) US$ 81 nos bancos de fomento; e (v) US$ 42 nas demais operações; e

- captou o total de US$ 3,094, destacando-se: (i) US$ 1.478 no mercado bancário internacional; (ii) US$ 948 no mercado bancário nacional e (iii) US$ 590 nas agências de crédito à exportação.

24.4. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total [1]	Valor justo [4]
Financiamentos em Dólares:	533	355	562	640	2.117	10.054	14.261	14.137
Indexados a taxas flutuantes [2]	469	265	560	180	740	1.451	3.665	
Indexados a taxas fixas	64	90	2	460	1.377	8.603	10.596	
Taxa média a.a. dos Financiamentos em Dólares	6,3%	6,2%	5,9%	6,2%	6,2%	6,6%	6,5%	
Financiamentos em Reais:	237	204	153	1.058	684	5.837	8.173	7.966
Indexados a taxas flutuantes [3]	211	46	43	43	568	5.337	6.248	
Indexados a taxas fixas	26	158	110	1.015	116	500	1.925	
Taxa média a.a. dos Financiamentos em Reais	10,1%	10,0%	10,2%	10,3%	10,6%	8,2%	9,6%	
Financiamentos em Euro:	–	14	101	25	50	349	539	533
Indexados a taxas fixas	–	14	101	25	50	349	539	
Taxa média a.a. dos Financiamentos em Euro	–	4,6%	4,7%	4,7%	4,7%	4,8%	4,7%	
Financiamentos em Libras:	–	26	–	391	–	547	964	973
Indexados a taxas fixas	–	26	–	391	–	547	964	
Taxa média a.a. dos Financiamentos em Libras	–	6,1%	–	6,1%	–	6,6%	6,3%	
Financiamentos em Renmimbi	13	8	19	33	527	1.101	1.701	1.767
Indexados a taxas flutuantes	8	5	5	5	499	–	522	
Indexados a taxas fixas	5	3	14	28	28	1.101	1.179	
Taxa média dos Financiamentos em Renmimbi	3,9%	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%	3,7%	3,9%	
Total em 30 de setembro de 2026	**783**	**607**	**835**	**2.147**	**3.378**	**17.888**	**25.638**	**25.376**
Taxa média dos financiamentos [4]	7,3%	7,2%	7,0%	7,2%	7,2%	6,6%	6,7%	

(1) Em 30 de setembro de 2026, o prazo médio ponderado de vencimento dos financiamentos é de 11,84 anos (11,70 anos em 31 de dezembro de 2025).
(2) Operações com indexador variável + spread fixo.
(3) Operações com indexador variável + spread fixo, conforme aplicável.
(4) Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo total é de US$ 25.907 e a taxa média ao ano é de 6,7%.

Em 30 de setembro de 2026, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de US$ 11.305 (US$ 13.390, em 31 de dezembro de 2025); e

Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de US$ 14.071 (US$ 12.517, em 31 de dezembro de 2025).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	30.09.2026	31.12.2025
Principal	491	467	882	2.185	3.458	18.372	25.855	26.574
Juros	437	1.809	1.743	1.720	1.538	14.679	21.926	22.686
Total [1]	**928**	**2.276**	**2.625**	**3.905**	**4.996**	**33.051**	**47.781**	**49.260**

(1) O fluxo nominal dos arrendamentos encontra-se na nota explicativa 25.

24.5. Linhas de crédito

						30.09.2026
Empresa	**Instituição financeira**	**Data da abertura**	**Prazo**	**Contratado**	**Utilizado**	**Saldo**
No exterior						
PGT BV	Sindicato de Bancos	16/12/2021	16/11/2028	4.111	–	4.111
PGT BV	Sindicato de Bancos	08/07/2025	16/11/2028	1.060	–	1.060
Total				**5.171**	**–**	**5.171**
No país						
Petrobras	Bradesco	22/12/2025	22/11/2030	290	–	290
Petrobras	Banco Itaú	30/07/2025	31/07/2030	290	–	290
Petrobras	Banco do Brasil	23/03/2018	26/09/2030	676	–	676
Petrobras	Banco do Brasil	04/10/2018	04/09/2029	772	–	772
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	64	–	64
Total				**2.092**	**–**	**2.092**

25. Arrendamentos

A movimentação dos contratos de arrendamento reconhecidos como passivos está demonstrada a seguir:

	Arrendadores no país	Arrendadores no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.646**	**36.706**	**43.352**
Remensuração / Novos contratos	2.405	4.123	6.528
Pagamentos do principal e juros	(2.282)	(5.604)	(7.886)
Encargos incorridos no período	482	1.689	2.171
Variações monetárias e cambiais	(228)	(2.227)	(2.455)
Ajuste de conversão	420	2.201	2.621
Transferências	1	–	1
Saldo em 30 de setembro de 2026	**7.444**	**36.888**	**44.332**
Circulante			10.037
Não Circulante			34.295

	Arrendadores no país	Arrendadores no exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**5.484**	**31.665**	**37.149**
Remensuração / Novos contratos	2.087	7.740	9.827
Pagamentos do principal e juros	(1.886)	(4.897)	(6.783)
Encargos incorridos no período	353	1.622	1.975
Variações monetárias e cambiais	(465)	(5.189)	(5.654)
Ajuste de conversão	883	5.192	6.075
Saldo em 30 de setembro de 2025	**6.456**	**36.133**	**42.589**
Circulante			9.593
Não Circulante			32.996

O cronograma de vencimento dos contratos de arrendamento (valores nominais) é apresentado a seguir:

Fluxo de Pagamentos Futuro Nominal	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total [1]
Valor nominal em 30 de setembro de 2026	**2.869**	**9.970**	**7.919**	**5.705**	**4.285**	**34.103**	**64.850**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o montante do Fluxo de pagamento - Futuro Nominal é de US$ 64.647.

Em determinados contratos, há pagamentos variáveis e prazos inferiores a 1 ano reconhecidos como despesa:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Pagamentos variáveis	1.053	785
Prazo inferior a 1 ano	26	7
Pagamentos variáveis em relação a pagamentos fixos	13%	12%

Em 30 de setembro de 2026, o valor nominal dos contratos de arrendamento ainda não iniciados totalizam US$ 18.905 (US$ 20.356 em 31 de dezembro de 2025).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 27.3.1.

26. Patrimônio Líquido

26.1. Capital realizado

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado, líquido dos custos de emissão, tem saldo de US$ 107.101. A tabela abaixo mostra a composição das ações, em cada período, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	30.09.2026	31.12.2025
Ordinárias	7.442.231.382	7.442.231.382
Preferenciais	5.446.501.379	5.446.501.379
Total de ações subscritas e integralizadas	**12.888.732.761**	**12.888.732.761**

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

26.2. Reserva de lucros

O quadro a seguir demonstra a composição das reservas de lucros, conforme Demonstração das mutações do patrimônio líquido:

	Legal	Custeio dos programas de P&D [2]	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2025	**12.846**	**3.397**	**2.128**	**41.598**	**1.477**	**61.446**
Cancelamento das ações em tesouraria	–	–	–	(1.116)	–	(1.116)
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2025	–	–	–	–	(1.477)	(1.477)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**12.846**	**3.397**	**2.128**	**40.482**	**–**	**58.853**
Saldos em 1° de janeiro de 2026	**12.846**	**3.397**	**2.276**	**52.614**	**1.467**	**72.600**
Dividendos adicionais aprovados na AGO de 2026	–	–	–	–	(1.467)	(1.467)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**12.846**	**3.397**	**2.276**	**52.614**	**–**	**71.133**

Em 29 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do total de 155.764.169 ações em tesouraria, sem redução do capital social. Os efeitos foram refletidos nas reservas de capital (US$ 2) e de retenção de lucros, dentro das reservas de lucros (US$ 1.116).

26.3. Outros resultados abrangentes

A composição dos outros resultados abrangentes é detalhada a seguir:

	30.09.2026	31.12.2025
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	(15.728)	(15.728)
Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa - exportações	(10.289)	(13.845)
Ajustes de conversão em investidas	(74.427)	(75.027)
Outros	(681)	(681)
Total	**(101.125)**	**(105.281)**

26.4. Remuneração aos acionistas

Dividendos relativos a 2025

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) aprovou os dividendos e os JCP relativos ao exercício de 2025, no montante de US$ 7.507 (US$ 0,5814 por ação em circulação). Esse valor inclui as antecipações de remuneração aos acionistas, atualizadas monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2025, no montante de US$ 6.040, e o dividendo complementar de US$ 1.467 que, em 31 de dezembro de 2025, está destacado no patrimônio líquido como dividendo e JCP adicionais propostos.

Esses dividendos complementares foram reclassificados do patrimônio líquido para o passivo na data da aprovação da AGO e serão pagos em duas parcelas, em maio e junho de 2026, sob a forma de juros sobre o capital próprio, com atualização pela taxa Selic de 31 de dezembro de 2025 até a data de cada pagamento.

Os JCP da remuneração complementar do exercício de 2025 resultaram em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social de US$ 545. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF), exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente. O benefício fiscal relacionado aos JCP complementares será reconhecido no segundo trimestre de 2026.

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/2025, que estabelece a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos a uma pessoa física domiciliada no Brasil, quando ultrapassarem R$ 50 mil no mês. A alíquota de 10% também incide sobre dividendos distribuídos ao exterior à pessoa física ou jurídica, independentemente do valor, exceto em situações específicas estabelecidas na legislação. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 224/2025 promoveu a elevação da alíquota do IRRF incidente sobre o JCP, de 15% para 17,5%. A incidência da nova tributação sobre os dividendos e da nova alíquota sobre o JCP é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2026.

Antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) relativos ao exercício de 2026

O Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos e JCP intercalares no montante de US$ 5.251 ou R$ 26.410 milhões, equivalente a US$ 0,4073 ou R$ 2,0491 por ação preferencial e ordinária em circulação, com base nas informações intermediarias do período findo de 31 de março de 2026 e 30 de junho de 2026, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

	Data de aprovação do CA	Data da posição acionária	Valor por ação (ON e PN)	Valor
JCP intercalares - 1º trimestre	11.05.2026	01.06.2026	0,1431	1.845
Dividendos intercalares e JCP intercalares - 2º trimestre	06.08.2026	21.08.2026	0,2642	3.406
Total dos dividendos intercalares			**0,4073**	**5.251**

Os JCP relativos ao primeiro trimestre de 2026 foram pagos em duas parcelas iguais nos meses de agosto e setembro de 2026, e os dividendos e JCP relativos ao segundo trimestre de 2026 serão pagos em duas parcelas iguais, nos dias 23 de novembro de 2026 e 21 de dezembro de 2026. Os valores serão atualizados pela taxa Selic, desde a data do efetivo pagamento de cada parcela até o final do exercício social, em 31 de dezembro de 2026, e serão descontados da remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício de 2026.

Os juros sobre capital próprio antecipados do exercício de 2026 resultaram em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social de US$ 1.362. Sobre os juros incidiu a retenção de imposto de renda na fonte (IRRF) de 17,5%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos a pagar, dentro do passivo circulante, está demonstrada a seguir:

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Saldo inicial consolidado de dividendos a pagar	**2.095**	**2.657**
Saldo inicial de dividendos a pagar a acionistas não-controladores	20	19
Saldo inicial de dividendos a pagar a acionistas da Petrobras	**2.075**	**2.638**
Adição por deliberação da AGO	1.467	1.477
Adição por deliberação do CA (antecipações)	5.251	3.647
Pagamento	(5.311)	(6.618)
Atualização monetária	151	149
Transferências (dividendos não reclamados)	(19)	(24)
IRRF sobre JCP e atualização monetária [1]	(642)	(248)
Ajuste de conversão	104	502
Saldo final	**3.076**	**1.523**
Saldo final de dividendos a pagar a acionistas não-controladores	–	–
Saldo final consolidado de dividendos a pagar	**3.076**	**1.523**

Dividendos não reclamados

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de dividendos não reclamados pelos acionistas da Petrobras é de US$ 156 registrado como outros passivos circulantes, conforme nota explicativa nº 17 (US$ 187 em 31 de dezembro de 2025). O pagamento desses dividendos não foi efetivado pela existência de pendências cadastrais de responsabilidade dos acionistas junto ao banco custodiante das ações da Companhia.

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Movimentação dos dividendos não reclamados		
Saldo inicial	**187**	**276**
Prescrição	(62)	(137)
Transferências (dividendos e JCP a pagar)	19	24
Ajuste de conversão	12	43
Saldo Final	**156**	**206**

26.5. Resultado por ação

			Jan-Set/2026			Jan-Set/2025
Por ação	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	14.070	10.297	24.367	9.663	7.072	16.735
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.231.382	5.446.501.379	12.888.732.761	7.442.231.382	5.446.501.379	12.888.732.761
Lucro básico e diluído por ação (US$ por ação)	1,89	1,89	1,89	1,30	1,30	1,30
Lucro básico e diluído por ADR (US$ por ADS) [1]	3,78	3,78	3,78	2,60	2,60	2,60

			Jul-Set/2026			Jul-Set/2025
Por ação	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras	4.469	3.271	7.740	3.480	2.547	6.027
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.231.382	5.446.501.379	12.888.732.761	7.442.231.382	5.446.501.379	12.888.732.761
Lucro básico e diluído por ação (US$ por ação)	0,60	0,60	0,60	0,47	0,47	0,47
Lucro básico e diluído por ADR (US$ por ADS) [1]	1,20	1,20	1,20	0,94	0,94	0,94

(1) As ADS da Petrobras são equivalentes a 2 ações.

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

O resultado da ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações).

Os resultados apurados, básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Petrobras não possuir ações potenciais.

27. Gerenciamento de riscos financeiros

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua.

A Companhia apresenta análise de sensibilidade no horizonte de aplicação de 1 ano, com exceção das operações com derivativos de *commodities*, para as quais é aplicado horizonte de 3 meses, em virtude da característica de curto prazo dessas transações.

Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos e do *hedge accounting* são demonstrados a seguir:

27.1. Resultados abrangentes

Demonstração do resultado

	Ganhos (Perda) reconhecido(a) no resultado do período			
	Jan-Set/2026	**Jan-Set/2025**	**Jul-Set/2026**	**Jul-Set/2025**
Risco Cambial				
Cross-currency Swap CDI x Dólar - Nota 27.3.1 (b)	79	73	18	19
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - Nota 27.3.1 (a)	(1.038)	(1.659)	(334)	(439)
Risco de taxa de juros				
Swap - IPCA X CDI - Nota 27.3.1 (b)	–	(18)	17	(20)
Reconhecido em Resultado Financeiro	**(959)**	**(1.604)**	**(299)**	**(440)**
Risco de preço (derivativos de commodities)				
Reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(240)	14	(102)	3
Total	**(1.199)**	**(1.590)**	**(401)**	**(437)**

O efeito no resultado dos derivativos reflete as operações em aberto e as operações encerradas ao longo do exercício.

Outros resultados abrangentes

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no período			
	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025	Jul-Set/2026	Jul-Set/2025
Hedge accounting				
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - Nota 27.3.1 (a)	5.388	11.764	309	2.240
Tributos diferidos sobre o lucro	(1.832)	(3.999)	(105)	(761)
Total	**3.556**	**7.765**	**204**	**1.479**

27.2. Balanço patrimonial

	30.09.2026	31.12.2025
Valor justo da posição Ativa (Passiva)		
Operações com derivativos em aberto	14	(24)
Operações com derivativos encerradas e não liquidadas financeiramente	23	(5)
Total reconhecido no balanço patrimonial	**37**	**(29)**
Outros ativos (nota explicativa 17)	157	102
Outros passivos (nota explicativa 17)	(120)	(131)

A tabela a seguir apresenta o detalhamento das posições com derivativos em aberto mantidas pela Companhia em 30 de setembro de 2026 e representa sua exposição a riscos:

	Posição Patrimonial Consolidada					
	Valor nocional		Valor justo Posição Ativa (Passiva)		Hierarquia do valor justo	Vencimento
	30.09.2026	31.12.2025	30.09.2026	31.12.2025		
Derivativos não designados como Hedge accounting						
Risco cambial [1]						
Cross-currency swap - CDI x US$	488	488	(52)	(85)	Nível 2	2029
Contrato a termo - Venda/Câmbio (BRL/USD)	(30)	(20)	–	–	Nível 2	2026
Risco de taxa de juros						
Swap - IPCA X CDI	R$ 3,308	R$ 3,008	113	53	Nível 2	2029/2034/2036
Risco de preço						
Contratos Futuros - petróleo e derivados [2]	(2.587)	(3.045)	(47)	7	Nível 1	2026
Swap - Óleo de Soja - Posição vendida [3]	(5)	–	–	–	Nível 2	2026
Opções - Compra/Óleo de Soja - Posição vendida [3]	–	(4)	–	–	Nível 2	2026
Total de operações com derivativos em aberto			**14**	**(25)**		

(1) Valores em US$ e R$ representam milhões das respectivas moedas.
(2) Valor nocional em mil bbl.
(3) Valor nocional em mil toneladas.

Operações com derivativos comerciais exigem garantias, registradas em outros ativos e passivos:

	Garantias dadas (recebidas) como colaterais	
	30.09.2026	31.12.2025
Derivativos de commodities	68	51

Patrimônio Líquido

	Perda acumulada em outros resultados abrangentes	
	30.09.2026	**31.12.2025**
Hedge accounting		
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações - Nota 27.3.1 (a)	(15.586)	(20.974)
Tributos diferidos sobre o lucro	5.297	7.129
Total	**(10.289)**	**(13.845)**

27.3. Risco de mercado

27.3.1. Gerenciamento de risco cambial

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da Companhia

A Companhia utiliza o *hedge accounting* para o risco decorrente das variações cambiais de "exportações futuras altamente prováveis" (item protegido) e as variações cambiais de proporções de certas obrigações em dólares (instrumentos de proteção).

Os valores de referência, a valor presente, dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2026, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa US$ 1,00 / R$ 5,1809, são apresentados a seguir:

				Valor dos Instrumentos de Proteção em 30 de setembro de 2026	
Instrumento de Hedge	**Objeto de Hedge**	**Tipo de Risco protegido**	**Período de Proteção**	**US$ milhões**	**R$ milhões**
Variações cambiais de proporções de fluxos de caixa de instrumentos financeiros não derivativos	Variações cambiais das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa Spot R$ x US$	De out/2026 a set/2036	70.218	363.790

Movimentação do valor de referência (principal e juros)	**US$ milhões**	**R$ milhões**
Designação em 31 de dezembro de 2025	72.080	396.615
Novas designações, revogações e redesignações	33.029	169.962
Realização por exportações	(15.334)	(79.032)
Amortização de endividamento	(19.557)	(100.642)
Variação Cambial	-	(23.113)
Valor em 30 de setembro de 2026	**70.218**	**363.790**
Valor nominal dos instrumentos de hedge (financiamentos e arrendamentos) em 30 de setembro de 2026	**90.294**	**467.805**

E no período de janeiro a setembro de 2026, foi reconhecido um ganho cambial de US$ 58 referente à inefetividade na linha de variação cambial (ganho cambial de US$ 150 no mesmo período de 2025).

As exportações futuras designadas como objetos de proteção nas relações de *hedge* de fluxo de caixa representam, em média, 66,12% das exportações futuras altamente prováveis.

A seguir é apresentada a variação cambial acumulada, registrada no patrimônio líquido, a ser realizada pelas exportações futuras:

	Jan-Set/2026	**Jan-Set/2025**
Saldo inicial	**(20.974)**	**(30.845)**
Reconhecido no patrimônio líquido	4.350	10.105
Transferido para resultado por realização	1.038	1.659
Outros resultados abrangentes	**5.388**	**11.764**
Saldo final	**(15.586)**	**(19.081)**

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US$ 10/barril que o considerado na última revisão do Plano de Negócios 2026-2030 não indicaria a necessidade de reclassificação da variação cambial registrada no patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2026, é demonstrada a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total
Expectativa de realização	(2.631)	(9.831)	(5.524)	(4.687)	727	6.360	(15.586)

b) Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

Em 2019, a Petrobras contratou operações de derivativos com o objetivo de se proteger de exposição decorrente da 1ª série da 7ª emissão de debêntures, com operações de *swap* de juros IPCA x CDI, com vencimento em setembro de 2029 e setembro de 2034, e operações de *cross-currency swap* CDI x Dólar, com vencimento em setembro de 2029.

A metodologia utilizada para cálculo do valor justo desta operação de swap consiste em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato e as projeções das curvas de DI, cupom IPCA e cupom cambial, descontando a valor presente pela taxa livre de risco. As curvas são obtidas na Bloomberg com base nos contratos futuros negociados na bolsa.

Em seguida, a marcação a mercado é ajustada ao risco de crédito das instituições financeiras, que não é relevante em volume financeiro, considerando que a Companhia utiliza bancos de primeira linha.

Alterações das curvas futuras de juros (CDI) podem trazer impactos no resultado da Companhia, em função do valor de mercado desses contratos de *swap*. Na elaboração da análise de sensibilidade nas curvas futuras de taxa de juros, o choque paralelo nesta curva foi estimado em função do prazo médio de vencimento dos swaps e da metodologia sobre o horizonte de aplicação da sensibilidade, citada anteriormente, que resultou em impacto de 560 BP (basis points) na taxa de juros estimada. O efeito desta análise de sensibilidade, mantendo-se todas as demais variáveis constantes, está apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Cenário razoavelmente possível
Swap CDI x USD	(14)

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

As análises de sensibilidade abrangem apenas a variação cambial e mantêm todas as demais variáveis constantes. O cenário considerado provável é referenciado por fonte externa, boletim Focus e Thomson Reuters, com base no câmbio previsto para o fechamento do próximo ano, conforme a seguir:

- Dólar x real - desvalorização do real em 1,53%;
- Euro x dólar - valorização do euro em 2,25%;
- Libra x dólar - valorização da libra em 0,71%; e
- Renminbi x dólar – valorização renminbi em 1,59%.
- Renminbi x real – valorização renminbi em 3,15%.

O cenário razoavelmente possível possui as mesmas referências e considera a desvalorização de 20% do câmbio de fechamento do trimestre (risco) em relação à moeda de referência durante o período analisado à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais.

Riscos	Instrumentos	Exposição em 09.30.2026	Exposição em R$ milhões	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
Dólar / Real	Ativos	4.360	22.589	67	872
	Passivos	(115.962)	(600.789)	(1.771)	(23.192)
	Câmbio - cross currency swap	(488)	(2.530)	(8)	(98)
	Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	70.218	363.790	1.072	14.044
	Total	**(41.872)**	**(216.940)**	**(640)**	**(8.374)**
Euro / Dólar	Ativos	1.220	6.320	27	244
	Passivos	(1.855)	(9.609)	(42)	(371)
	Total	**(635)**	**(3.289)**	**(15)**	**(127)**
Libra / Dólar	Ativos	988	5.118	7	198
	Passivos	(1.928)	(9.989)	(14)	(386)
	Total	**(940)**	**(4.871)**	**(7)**	**(188)**
Renmimbi / Dólar	Ativos	886	4.592	14	177
	Passivos	(1.408)	(7.296)	(22)	(282)
	Total	**(522)**	**(2.704)**	**(8)**	**(105)**
Renmimbi / Real	Ativos	–	–	–	–
	Passivos	**(1.186)**	**(6.145)**	(37)	(237)
	Total	**(1.186)**	**(6.145)**	**(37)**	**(237)**
Outros [1]	Ativos	7	36	–	1
	Passivos	(52)	(270)	(2)	(10)
	Total	**(45)**	**(234)**	**(2)**	**(9)**
	Total	**(45.200)**	**(234.183)**	**(709)**	**(9.040)**

(1) Libra/real, Euro/real e Peso/dólar.

27.3.2. Gerenciamento de risco de preços – petróleo, derivados e outras *commodities*

A Petrobras tem preferência pela exposição ao ciclo de preços à realização sistemática de proteção das operações de compra ou venda de mercadorias, cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais, com utilização de instrumentos financeiros derivativos. Entretanto, condicionada à análise do ambiente de negócios e das perspectivas de realização do Plano de Negócios, a execução de estratégia de proteção ocasional com derivativos pode ser aplicável.

A Companhia, utilizando seus ativos, posições e conhecimento proprietário e de mercado oriundos de suas operações no Brasil e no exterior, busca capturar oportunidades de mercado por meio de compra e venda de petróleo e derivados, as quais podem ocasionalmente ser otimizadas com a utilização de instrumentos derivativos de *commodities* para gestão do risco de preço, de forma segura e controlada.

Na análise de sensibilidade dos derivativos de *commodities*, o cenário provável utiliza referências externas à Companhia, de amplo uso no apreçamento de cargas no mercado de petróleo, derivados e gás natural, que levam em consideração o preço de fechamento do ativo em 30 de setembro de 2026, e desta forma, considera-se que não há variação do resultado das operações em aberto nesse cenário. O razoavelmente possível reflete o efeito potencial no resultado das operações em aberto, considerando uma variação no preço de fechamento igual a 20%. Para simular os cenários mais desfavoráveis, a variação foi aplicada para cada grupo de produto de acordo com a posição das operações em aberto: queda de preço para posições compradas e alta para posições vendidas.

Risco	Operações	Cenário provável	Cenário razoavelmente possível
Derivativos não designados como Hedge accounting			

Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	–	(63)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Contratos Futuros e a Termo (Swap)	–	(2)
Óleo de soja - Flutuação dos Preços	Opções	–	–
Câmbio - Desvalorização do R$ frente ao US$	Contratos a termo	–	(3)
		–	**(68)**

As posições com derivativos de *commodities* estão apresentadas na nota explicativa 27.2.

27.3.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia preferencialmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de flutuações das taxas de juros, adotando ações estruturais que levem em consideração os impactos na exposição integrada aos riscos.

Na análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, o cenário provável significa o valor a ser desembolsado pela Petrobras com o pagamento de juros referentes às dívidas com taxa de juros flutuantes em 30 de setembro de 2026. O valor do cenário razoavelmente possível significa o desembolso caso ocorra uma variação de 40% nessas taxas de juros, mantendo-se todas as demais variáveis constantes.

Risco	Efeito de sensibilidade no resultado	Cenário Possível
CDI	654	915
SOFR 3M [1]	84	109
SOFR 6M [1]	77	93
SOFR O/N [1]	39	55
IPCA	124	173
TJLP	58	81
LPR 12M [2]	16	22
TR	4	6
	1.056	**1.454**

(1) Representa a Secured Overnight Financing Rate.
(2) Loan Prime Rate.

27.4. Gerenciamento de risco de liquidez

A possibilidade de insuficiência de caixa, para liquidar as obrigações nas datas previstas, é gerenciada pela Companhia rotineiramente. O risco de liquidez também é mitigado ao se definir parâmetros de referência para a gestão do caixa e das aplicações financeiras e ao analisar periodicamente os riscos do fluxo de caixa projetado, quantificando por meio de simulações de Monte Carlo os seus principais fatores de risco, tais como preço de petróleo, taxa de câmbio, preços internacionais de gasolina e diesel, entre outros. Dessa forma, é possível dimensionar a necessidade de disponibilidades financeiras para a continuidade operacional e a execução do seu plano de negócios.

A administração acredita que seu capital de giro atual é suficiente para as necessidades presentes da Companhia. Na eventualidade de a Companhia apresentar capital de giro líquido negativo, a administração entende que isto não compromete a liquidez da Companhia, uma vez que a Petrobras mantém linhas de crédito rotativo contratadas como reserva de liquidez a ser utilizada em cenários adversos (ver nota 24.5).

Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito compromissadas (*revolving credit facilities*) contratadas como reserva de liquidez em situações adversas, conforme nota explicativa 24.5, e avalia regularmente as condições do mercado e pode realizar transações de recompra de seus títulos ou de suas subsidiárias no mercado de capitais internacional, por diversos meios, incluindo ofertas de recompra, resgates de títulos e/ou operações em mercado aberto, desde que estejam em linha com a estratégia de gerenciamento de passivos da Companhia, que visa a melhoria do perfil de amortização e do custo da dívida.

Os fluxos de caixa esperados relativos ao endividamento são apresentados nas notas explicativas 24.4 e 25, financiamentos e passivo de arrendamento, respectivamente.

27.5. Gerenciamento de risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

Em 30 de setembro de 2026, os ativos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não estão vencidos e não têm evidências de perdas de crédito material. Tais ativos possuem valores justos equivalentes que não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O efeito das avaliações do risco de crédito das contas a receber de clientes está disponível nas notas explicativas 9.2 e 9.3, que apresentam as perdas de crédito esperadas.

28. Partes relacionadas

A Companhia possui uma política de transações com partes relacionadas, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, conforme disposto no estatuto social da Companhia.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

28.1. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A Companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	30.09.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	333	13	33	28
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	32	24	44	27
Subtotal	365	37	77	55
Entidades governamentais				
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	799	–	552	–
Bancos controlados pela União Federal	18.241	4.545	16.027	3.790
Subvenções para comercialização de combustíveis (nota explicativa 28.1.1)	3.168	–	–	–
União Federal [(1)]	–	1.248	–	893
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	–	62	–	116
Outros	100	160	181	170
Subtotal	22.308	6.015	16.760	4.969
Petros	54	298	50	310
Total	**22.727**	**6.350**	**16.887**	**5.334**
Circulante	5.583	1.776	1.896	1.453
Não circulante	17.144	4.574	14.991	3.881

(1) Inclui valores de dividendos e arrendamentos.

A seguir é apresentado o efeito no resultado das transações significativas:

	2026 Jan-Set	2025 Jan-Set	2026 Jul-Set	2025 Jul-Set
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas				
Empresas do setor petroquímico	3.119	2.436	1.017	786
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	10	30	(11)	9
Subtotal	3.129	2.466	1.006	795
Entidades governamentais				
Tesouro Nacional - Títulos públicos federais	52	81	21	22
Bancos controlados pela União Federal	(27)	(97)	(6)	(6)
Subvenções para comercialização de combustíveis (nota explicativa 28.1.1)	5.808	–	3.354	–
União Federal	(62)	(59)	(3)	(1)
Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA	(2)	(267)	132	(37)
Outros	(236)	(198)	(75)	(71)
Subtotal	5.533	(540)	3.423	(93)
Petros	(15)	(14)	(5)	**(5)**
Total - Receitas (Despesas)	**8.647**	**1.912**	**4.424**	**697**
Receitas, principalmente de vendas	3.133	2.451	1.026	790
Receitas e despesas operacionais	5.556	(465)	3.384	(107)
Variações monetárias e cambiais líquidas	(38)	12	12	45
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(4)	(86)	2	(31)
Total - Receitas (Despesas)	**8.647**	**1.912**	**4.424**	**697**

O passivo com planos de pensão dos empregados da Companhia e geridos pela Fundação Petros, que inclui os instrumentos de dívidas, está apresentado na nota explicativa 14.2.

28.1.1. Subvenção para comercialização de combustíveis

Dada a situação geopolítica no Oriente Médio e seu impacto sobre os preços internacionais do petróleo e de seus derivados, a partir de março de 2026, o Governo Federal Brasileiro concedeu subvenções econômicas à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário, GLP e gasolina no Brasil, equalizando parte dos custos de produtores e importadores, com o objetivo de contribuir para a estabilização dos preços e do abastecimento dos derivados de petróleo.

A Petrobras aderiu a esses programas, cujos montantes autorizados e condições para recebimento das subvenções são definidos em arcabouço legal e regulatório específico para cada produto e período.

A receita de subvenção é reconhecida quando os derivados de petróleo elegíveis são vendidos e entregues aos clientes. A tabela a seguir apresenta a receita de subvenção, por combustível, reconhecida no período de janeiro a setembro de 2026, incluindo seus instrumentos legais:

Derivado	Medida Provisória (1)	Período	Descrição da subvenção	Receita bruta de vendas	Encargos de vendas	Receita de vendas
Diesel de uso rodoviário ("A" e "C")	1.340/2026	12/03 a 31/03/2026	US$ 0,06 (R$ 0,32) por litro	141	(13)	128
	1.340/2026	01/04 a 06/04/2026	Até US$ 0,06 (R$ 0,32) por litro	34	(3)	31
	1.340/2026	07/04 a 01/06/2026	Até US$ 0,22 (R$ 1,12) por litro	1.097	(102)	995
	1.363/2026	02/06 a 26/09/2026	US$ 0,22 (R$ 1,12) por litro	3.311	(306)	3.005
Diesel “A” de uso rodoviário	1.358/2026	01/06 a 30/06/2026	US$ 67,90 (R$ 351,51) por m³	242	(22)	220
	1.391/2026	17/09 a 26/09/2026	US$ 0,19 (R$ 1,00) por litro	260	(24)	236
	1.391/2026	A partir de 27/09/2026	US$ 0,41 (R$ 2,12) por litro	149	(14)	135
GLP importado	1.349/2026	01/04 a 04/08/2026	Até US$ 164,20 (R$ 850,00) por tonelada	12	(1)	11
Gasolina	1.358/2026	29/05 a 09/09/2026	US$ 0,08 (R$ 0,44) por litro	562	(52)	510
Total				**5.808**	**(537)**	**5.271**

(1) Complementadas pelos decretos e portarias vinculados.

No período de nove meses finalizado em 30 de setembro de 2026, a Companhia reconheceu receita de subvenção de US$ 5.271, líquida de PIS e Cofins. Em 30 de setembro de 2026, o saldo dessa subvenção era de US$ 3.168.

Em outubro de 2026, a Companhia recebeu US$ 538 adicionais relacionados a esse programa. O recebimento do saldo remanescente aguarda análise da documentação pela ANP.

28.2. Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Petrobras Controladora têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	Controladora					
	Jan-Set/2026			Jan-Set/2025		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	2,4	0,3	2,7	2,1	0,3	2,4
Encargos sociais	0,6	–	0,6	0,6	–	0,6
Previdência complementar	0,3	–	0,3	0,3	–	0,3
Remuneração variável	2,4	–	2,4	–	–	–
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	–	–	–	0,2	–	0,2
Remuneração total	**5,7**	**0,3**	**6,0**	**3,2**	**0,3**	**3,5**
Remuneração total - pagamento realizado [1]	**5,3**	**0,3**	**5,6**	**4,7**	**0,3**	**5,0**
Número de membros - média mensal	8,67	11,00	19,67	9,00	11,00	20,00
Número de membros remunerados - média mensal	8,67	8,44	17,11	9,00	9,00	18,00

(1)) Inclui, em Diretoria Executiva, parcela da remuneração variável para os Administradores relativa a exercícios anteriores.

No período de nove meses finalizado em 30 de setembro de 2026, a despesa com a remuneração de diretores e conselheiros da Companhia totalizou US$ 13,5 (US$ 9,9 no mesmo período de 2025).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

De acordo com as regulamentações brasileiras aplicáveis a empresas controladas pelo Governo Federal Brasileiro, membros do Conselho de Administração que também são membros das Comissões de Auditoria Estatutária são compensados apenas com relação às suas funções na Comissão de Auditoria. A compensação total referente a esses membros foi de US$ 218 mil para o período de nove meses finalizado em 30 de setembro de 2026 (US$ 257 mil com custos de impostos e contribuições sociais). Para o mesmo período de 2025, a compensação total referente a esses membros foi de US$ 177 mil (US$ 209 mil com custos de impostos e contribuições sociais).

Em 16 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária fixou a remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em até US$ 11, R$ 57,22 milhões, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2026 e março de 2027 (US$ 8,3, R$ 47,57 milhões, no período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, fixado em 25 de abril de 2024).

29. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Valores pagos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.788	1.193
Transações que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	578	678
Arrendamentos	7.141	10.272
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	–	6
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingências	87	171
Earnout dos campos de Atapu e Sépia	205	110

29.1. Reconciliação da depreciação, depleção e amortização com a demonstração dos fluxos de caixa

	Jan-Set/2026	Jan-Set/2025
Depreciação e depleção no Imobilizado	16.165	13.248
Amortização no Intangível	144	112
Depreciação capitalizada	(3.310)	(2.179)
Depreciação de direito de uso - recuperação de PIS/COFINS	(143)	(126)
Depreciação, depleção e amortização na DFC	**12.856**	**11.055**

30. Eventos subsequentes

Resultado do leilão da ANP pelos regimes de partilha e concessão

Em 7 de outubro de 2026, a Petrobras participou do 4º Ciclo de Oferta Permanente de Partilha de Produção e do 6º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, promovidos pela ANP.

No 4º Ciclo, a companhia adquiriu 2 blocos, um na Bacia de Campos e outro na Bacia de Santos, com 100% de participação em ambos. No 6º Ciclo, adquiriu 12 blocos na Bacia de Campos, com 100% de participação, e 7 blocos na Bacia do Ceará, como operadora, com participação de 70%, em parceria com a Qatar Energy Brasil Ltda., que detém os 30% restantes.

O bônus de assinatura relativo aos 21 blocos arrematados nos dois ciclos totaliza US$ 621 (R$ 3.219 milhões) e será pago até 30 de dezembro de 2026.

Acordos de equalizações referentes às jazidas compartilhadas de Berbigão e Sururu

Em 13 de outubro de 2026, a companhia celebrou com as empresas do consórcio os AEGVs das jazidas de Berbigão, Sururu e dos respectivos ativos compartilhados. Como resultado, a Petrobras terá direito ao recebimento líquido de US$ 859, conforme detalhado na nota explicativa 18.4.

Remuneração aos acionistas

Em 10 de novembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração aos acionistas no valor de US$ 2.786 ou R$ 15.303 (US$ 0,2161 por ação preferencial e ordinária em circulação, ou R$ 1,1873), com base nas informações financeiras intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026, considerando a aplicação da fórmula da Política de Remuneração aos Acionistas, conforme quadro a seguir:

	Data de aprovação do CA	Data da posição acionária	Valor por ação (ON e PN)	Valor
Dividendos intercalares [1]	10.11.2026	21.12.2026	0,2161	2.786
Total dos dividendos intercalares			**0,2161**	**2.786**

(1) A forma de distribuição dos proventos será definida pela Diretoria Executiva em data futura (dividendos e/ou JCP intercalares).

Esses dividendos serão pagos em duas parcelas iguais, nos dias 22 de fevereiro de 2027 e 22 de março de 2027, sendo contemplados na proposta de remuneração que vier a ser distribuída aos acionistas no encerramento do exercício. Os valores serão atualizados pela taxa Selic desde 31 de dezembro de 2026 até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Centro/RJ
Edifício Passeio Corporate
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório dos Auditores Independentes Registrados no PCAOB (*)

(Uma tradução livre do original em inglês)

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Resultado da Revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas Condensadas

Revisamos o balanço patrimonial intermediário consolidado condensado da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e controladas ("Companhia") em 30 de setembro de 2026, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas dos resultados e dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 e as respectivas notas (coletivamente, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de quaisquer modificações significativas que devam ser feitas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas para que estejam em conformidade com a *IAS 34 - Interim Financial Reporting,* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Anteriormente, auditamos, de acordo com as normas do Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas (Estados Unidos da América) (PCAOB), o balanço patrimonial consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício então findo (não apresentadas aqui); e em nosso relatório datado de 8 de abril de 2026, expressamos uma opinião sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa opinião, as informações apresentadas no balanço patrimonial intermediário consolidado condensado em 31 de dezembro de 2025, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação ao balanço patrimonial consolidado do qual foram derivadas.

Base para os Resultados da Revisão

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas são de responsabilidade da administração da Companhia. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no PCAOB e somos requeridos a sermos independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos da América e com as regras e regulamentações aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América e do PCAOB.

Conduzimos nossas revisões de acordo com as normas do PCAOB. Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas consiste principalmente na aplicação de procedimentos analíticos e na realização de indagações as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis. O escopo é substancialmente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas do PCAOB, cujo objetivo é a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos tal opinião.

/s/ KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rio de Janeiro - RJ
10 de novembro de 2026

(*) Conselho de Supervisão de Contabilidade das Companhias Abertas nos Estados Unidos da América *("PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board")*.